



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Instituto de História

A Escola Estadual do Parque São Jorge

Experiências de formação docente no PIBID - projeto Interdisciplinar Santa Monica- UFU

2014-2015

YURI OLIVEIRA MARTINS

Uberlândia – MG
2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU
Instituto de História – INHIS
Curso de História

A Escola Estadual do Parque São Jorge

Experiências de formação docente no PIBID - projeto Interdisciplinar Santa Monica- UFU

2014-2015

Monografia apresentada como requisito para obtenção de nota na disciplina Monografia III sob a orientação da Professora Dra. Célia Rocha Calvo e exigência parcial para a obtenção do diploma de Graduação em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

YURI OLIVEIRA MARTINS

Uberlândia – MG
2017

YURI OLIVEIRA MARTINS

A Escola Estadual do Parque São Jorge

Experiências de formação docente no PIBID - projeto Interdisciplinar Santa Monica- UFU

2014-2015

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Célia Rocha Calvo

Prof. Me. Artur Nogueira Santos e Costa

Profa. Tamyris Cristina de Castro

Uberlândia – MG
2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Luzia, que sempre esteve junto comigo, que é minha fonte ilimitada de conhecimento, companheirismo, carinho e amor.

Agradeço à minha querida Professora Célia, a qual além de me orientar neste trabalho e ser coordenadora do PIBID em que estava inserido, sempre se dispôs a me ajudar, soube lidar e compreender as minhas dificuldades com carinho, respeito e dedicação, representando a idealização perfeita da palavra “Professor”.

Resumo

Este trabalho de conclusão de curso propõe a discussão acerca da história da Escola Estadual do Parque São Jorge, em Uberlândia, o processo de instalação do prédio e sua constante construção ao longo dos anos. Busca-se a compreensão de como esta foi construída não apenas no sentido estrutural, mas sim dando ênfase as dificuldades, aos participantes, a evolução estrutural cronológica e ao que esta estava condicionada.

A partir deste levantamento, este trabalho visa descrever a atual situação da escola, bem como a inserção do PIBID nesta instituição através do corpo docente e os trabalhos realizados por nós entre os anos de 2014 e 2015, buscando dar voz aos sujeitos ativos da escola através de entrevistas, tanto com Professores, como com Estudantes e os Auxiliares de Serviços Gerais, visando à compreensão acerca do cotidiano desta instituição e suas respectivas relações sociais.

PALAVRAS-CHAVE: PIBID – Escola Estadual do Parque São Jorge – Docente - Uberlândia

Sumário

Introdução-----1

Capítulo I - A Escola Estadual Do Parque São Jorge-----4

**Capítulo II – Estudantes/formadores e formadores/estudantes:
Pesquisa/ensino na Escola Pública -----24**

Considerações Finais -----42

Bibliografia -----44

Introdução

Oriundo de família de classe trabalhadora, bem como morando em um bairro constituído por essa e sendo sujeito ativo nesta desde antes do ingresso no curso em 2007, tive dificuldades com as exigências, o autoritarismo e o elitismo do curso de História, sua respectiva alta carga de leituras, as inúmeras e infundadas avaliações e a arrogância de muitos dos professores. Além desses fatores, a vida externa e prioridades particulares e familiares exigiram mais tempo do que poderia dedicar à universidade e decidi sair do curso em 2008.

Ao retornar em 2013 motivado pela busca do diploma, percebi que pouca coisa mudou, no entanto, estava disposto a ir até o fim nessa trajetória e buscando alternativas à mesma do curso de História ingressei no PIBID em 2014, encontrando nas escolas públicas aspectos semelhantes a mim e minha trajetória, bem como a motivação que poucas disciplinas me proporcionaram.

O projeto PIBID (Programa Institucional de iniciação à Docência) foi regulamentado em 2010 pelo Governo Federal durante a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva¹, inserindo-se na LDB como política de estado. No ano de 2014 iniciou o PIBID Interdisciplinar do Campus Santa Mônica na Universidade Federal de Uberlândia, que além de colocar em prática a dinâmica proposta ao longo dos cursos pela universidade, volta-se diretamente para a prática docente através de projetos sob a supervisão de um professor regente e sob a coordenação de um professor da Universidade Federal de Uberlândia, nos propiciando o contato direto com a realidade das escolas estaduais, colocando em prática a limitação que as matérias obrigatórias não conseguem abranger.

Tais projetos foram Realizados na Escola Estadual do Parque São Jorge, localizada no Bairro São Jorge, bairro que se iniciou como conjunto habitacional, nos anos de 1980, e é constituído por pessoas de classe trabalhadora em Uberlândia, Minas Gerais. O trabalho em meio ao projeto ocorreu nos anos de 2014 a 2015 com turmas do matutino, vespertino e noturno. A proposta chave em todas as atividades parte do princípio de estabelecer uma relação entre Universidade, Escola Pública e Sociedade, tornando o PIBID e a Universidade

¹ O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID foi regulamentado em 24 de junho de 2010, através de publicação no DOU – Diário Oficial da União –, decreto nº 7.219 assinado pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo Ministro da Educação, Fernando Haddad. É desenvolvido pelo Ministério da Educação e tem por finalidade apoiar a iniciação à docência de estudantes de licenciatura nas universidades brasileiras com o fortalecimento da sua formação para o trabalho nas escolas públicas. O Programa oferece bolsas, distribuídas nas diversas áreas dos cursos de licenciatura oferecidos pela Universidade, para estudantes e professores desses cursos e também para professores das escolas participantes do Programa.

Disponível em: <http://www.pibid.prograd.ufu.br/> Último acesso em: 04/11/20177

como parte participante do corpo pedagógico da educação básica, conciliando os saberes teóricos ensinados durante a graduação com as experiências práticas vivenciadas no ambiente escolar.

Participando deste projeto, primeiramente focamos em leituras, discussões de texto- como, por exemplo, Miguel Arroyo, Paulo Freire, Raquel Rolnik, Milton Santos, dentre outros- e fichamentos. Tais atividades foram de suma importância posteriormente para o trabalho na parte prática e orientadas, elaboradas e coordenadas pela professora Célia, visando um olhar sensível, crítico e reflexivo acerca da realidade cotidiana da escola, constituída não apenas como uma instituição a parte da sociedade, mas sim como inserida e formada cotidianamente por uma multiplicidade de ações entre vários sujeitos, como professores, trabalhadores técnicos, estudantes do ensino básico e da universidade (por meio do PIBID), a população do bairro e de toda a cidade.

Com essa premissa inicial para o início dos trabalhos, essas atividades resultaram ainda em excelentes produções e continuam sendo exercidas no projeto que finaliza em 2018. Ao começarmos estabelecer contato diretamente com os alunos e funcionários mediante entrevistas e projetos compreendi na prática a importância da parte teórica para o progresso na parte prática, que consistiu na compreensão acerca dos sujeitos, suas funções sociais e pessoais em meio às instituições, bem como destas últimas por si só, da história do bairro em meio à cidade conciliando com as imposições das diretrizes nacionais da educação.

Através das premissas citadas acima, procuramos pautar a proposição de que o PIBID não se limita apenas à presença na escola e a tentativa de aplicação dos conhecimentos obtidos no âmbito acadêmico. Foi necessária a compreensão acerca do cotidiano, de como o mundo é visto dentro dos muros da escola, bem como a forma como é visto de fora pelos alunos e funcionários e de como esta parte exterior interfere diretamente em suas vidas. Compreender o paralelo entre Universidade, Escola Pública e Sociedade fora o ponto inicial para adentrarmos na Escola Estadual do Parque São Jorge e posteriormente colocar em prática os projetos com os estudantes.

Mediante este propósito inicial, iniciamos as atividades na escola com o intuito de entrevistar Professores, Auxiliares de Serviços Gerais e Estudantes. Dessa forma começamos a inserir o PIBID dentro do ambiente escolar e conquistar a confiança do corpo educacional através do diálogo para posteriormente iniciarmos os projetos que serão descritos nessa monografia.

As atividades realizadas com os alunos dos três turnos superaram as expectativas e trouxeram inestimáveis experiências didáticas, além de possibilitarem produções teóricas e

apresentação de trabalhos em eventos por mim e pelos outros membros do PIBID, complementando uma parte onde as disciplinas obrigatórias do curso de História não conseguem alcançar devido à limitação das matérias voltadas à prática docente, as quais não promovem a proposta inicial do PIBID que consistiu na integração concreta entre Escola, Estudantes, Trabalhadores e Universidade para posteriormente resultar em trabalhos na escola, bem como produções acadêmicas que pensando a melhoria do ensino público, com base na experiência prática diante a prática docente.

As atividades envolveram a escola, bem como a própria universidade, através de visitas à UFU, seminários onde os projetos foram apresentados e incontáveis reuniões para a tomada de decisões e troca de informações e experiências. A importância do projeto não se limita apenas a um componente curricular, mas soma-se ao período em paralelo com a graduação que juntos propiciaram incontável acúmulo de conhecimento, prática e experiência para a minha formação. A importância desse projeto refletiu na vida de todos, tanto do PIBID como do corpo educacional da Escola Estadual do Parque São Jorge.

Esta monografia objetiva refletir sobre tais atividades e experiências propiciadas pelo PIBID realizadas na Escola Estadual do Parque São Jorge, bem como fazer um registro histórico acerca desta escola em meio ao bairro e cidade, descrevendo atividades desenvolvidas, situações presentes e questionamentos, buscando assim, contribuir com a formação destinada à docência. Torna-se assim, objeto de pesquisa a Escola Estadual do Parque São Jorge e o historiador um sujeito ativo nessa instituição.

No primeiro capítulo intitulado “A Escola Estadual do Parque São Jorge”, busca-se a compreensão de como esta foi construída, as dificuldades, os participantes e a evolução estrutural cronológica, desde o início de suas obras em 1988 até o momento vivenciado por mim estando inserido nesta instituição pública de ensino básico, entre os anos de 2014 e 2015, através do PIBID, além de buscar neste capítulo, compreender a política filosófica explícita no Projeto Político Pedagógico da escola, bem como dar voz aos professores, trabalhadores de serviços gerais e estudantes membros dessa escola.

Já o segundo capítulo, “Estudantes/formadores e formadores/estudantes: Pesquisa/ensino na Escola Pública” descreve as atividades que ocorreram com os estudantes da Escola Estadual do Parque São Jorge dentre os anos de 2014 e 2015, oferecidas pelo PIBID, bem como as dificuldades, anseios e expectativas que tais atividades suscitaram em mim e nos estudantes desta escola.

Capítulo I

A Escola Estadual Do Parque São Jorge

Levando em consideração que o processo educativo é complexo e fortemente marcado pelas variáveis pedagógicas e sociais, entendemos que esse não pode ser analisado fora de interação dialógica entre escola e vida, considerando o desenvolvimento humano, o conhecimento e a cultura. (ARROYO, 2007, p.06).

Este capítulo tem como objetivo refletir sobre a história da Escola Estadual do Parque São Jorge por meio dos registros produzidos por esta, como os documentos inerentes as atividades administrativas, e os produzidos pelo PIBID, como por exemplo, as entrevistas, atividades e relatórios. Foi nesta escola, instituição pública de educação básica localizada num bairro de moradia da classe trabalhadora que participei como estudante de licenciatura em História de um projeto vinculado ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), na qual foram desenvolvidas atividades e utilizada como base para aquisição de experiências e reflexões desenvolvidas no interior do subprojeto Interdisciplinar do Campus Santa Mônica.

Assim sendo, importou compreender como as relações sociais dinamizam a vida cotidiana dos sujeitos envolvidos, a relação entre bairro, profissionais e alunos, e de que maneira o contato com a escola permite ao grupo PIBID participar destas relações, bem como se tornar parte destas, tornando, assim, os membros do PIBID como parte de uma complexa relação social onde temos: Cidade, Bairro, Escola, Pais, Alunos, Professores, funcionários administrativos e de serviços gerais, e, por fim, os Pibidianos, além dos fatores externos que norteiam a área educacional e social do país, a política, às relações de cima para baixo que menosprezam as peculiaridades dos aspectos sociais inerentes aos inúmeros segmentos trabalhistas e sociais².

As atividades descritas foram realizadas durante o segundo semestre do ano de 2014 e ao longo do ano de 2015. A pesquisa/trabalho discutiu os desafios da escola pública na periferia da cidade, as expectativas de alunos e professores no ambiente escolar, enquanto espaço de trabalho, educação e experiência de vida de vários profissionais e cidadãos envolvidos e direcionados com a educação.

A escola Estadual do Parque São Jorge situa-se na zona sul de Uberlândia, na Rua Oswaldo Silvério da Silva, número 346, Bairro São Jorge. Com recursos doados pela Prefeitura Municipal de Uberlândia, que no período estava sob o mando do prefeito Zaire Rezende, foram iniciadas as obras desta escola no ano de 1988, contando com três salas de aula, três banheiros, sala da diretoria, secretaria e sala de professores. É importante ressaltar, segundo consta no Projeto Político Pedagógico ³de 2014, que a construção desta instituição só

² Proposta inicial descrita no Relatório Anual do PIBID Interdisciplinar Campus Santa Mônica.

³ O Plano Político Pedagógico define a identidade da escola e indica caminhos para ensinar com qualidade. Reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo. É político por considerar a escola como espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai

fora concretizada devido à participação da comunidade, após o conjunto habitacional ser entregue aos moradores, tanto com recursos, como com mão de obra, e com a colaboração da Prefeitura de Uberlândia. Fora autorizada a funcionar através do decreto Nº28. 449 de 2 de agosto de 1988 publicado no diário oficial de MG. Pouco depois, em 1991, também através de verbas da Prefeitura de Uberlândia, consegue-se a ampliação de mais duas salas.

De acordo com o Plano Político Pedagógico (2014, p.7):

Muitas dificuldades foram encontradas e contornadas, como a falta de água e de energia elétrica, além da falta de segurança, visto que não havia muros; apenas uma cerca de arame construída com recursos próprios. A falta de transporte urbano também era um obstáculo a ser vencido.

Percebemos através registro oficial as dificuldades vivenciadas pelos profissionais e estudantes, tanto no âmbito escolar, como fora. Destaca-se a necessidade de a escola erguer-se através de recursos próprios e implicitamente percebe-se a necessidade de segurança devido ao patrimônio contido no prédio, bem como a estruturação padronizada nos moldes que a sociedade moderna instituiu. Muros, grades e câmeras para monitoração dos estudantes, bem como a vigilância acerca de sua entrada e saída, tanto destes como dos demais funcionários e outros indivíduos.

Em 1995, também com recursos oriundos da Prefeitura de Uberlândia, então sob o governo de Paulo Ferolla, ocorre uma nova reforma e são construídas mais oito salas de aula, um banheiro com duas alas (masculino e feminino), um depósito, um bebedouro com seis torneiras, uma caixa d'água e ainda a revisão elétrica do prédio. Ainda em 1995, foi doada pela Prefeitura, uma área de 1627,77m, espaço este onde foi construída uma quadra poliesportiva com cobertura.

Em 2009 a escola passou por nova reforma e, de acordo com o Plano Político Pedagógico (2014, p.8):

Atualmente, a escola conta com uma área total de 5.600m² e destes, 3.972,23m² são de área construída, contendo 18(dezoito) salas de aula; 1(uma) biblioteca; 1(um) banheiro masculino e 1(um) feminino. 1(uma) sala para professores com banheiro; área administrativa(secretaria, departamento pessoal, coordenação pedagógica e administrativa); 1(uma) cantina com refeitório(mesas e bancos suficientes para o

seguir. É pedagógico porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de aprendizagem.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL DO PARQUE SÃO JORGE
(2014)

número de alunos) e barzinho e 1(um) laboratório interdisciplinar de biologia, física e química, 1(um)laboratório de informática, 1(uma) sala de vídeo e projeção.

A conquista pelo espaço e para a construção de uma instituição essencial para os pilares de uma sociedade se deu de maneira árdua e penosa. Não fosse a luta da comunidade e dos profissionais, tanto da educação como os dos serviços gerais, a Escola Estadual do Parque São Jorge talvez nunca existisse, deixando a sociedade sem acesso a um direito fundamental previsto na Constituição Federal ⁴mais que essencial. Enfim, somente após 31 anos a escola conseguiu construir uma estrutura na qual atende a demanda de sua comunidade, bem como atende aos equipamentos essenciais para que os profissionais da educação possam exercer seu ofício.

Percebemos através do conteúdo do Projeto Político Pedagógico que mesmo sendo uma escola estadual, quem forneceu a maior parte dos investimentos foi a Prefeitura Municipal, tratando o estado apenas da parte administrativa, bem como a importante participação da comunidade perante a cobrança tanto pela construção como pela melhoria progressiva de acordo com as mudanças temporais tecnológicas e estruturais, de acordo com o crescimento populacional do bairro e sua respectiva demanda por vagas escolares.



Figura 1. Imagem da entrada principal de escola. Foto tirada em 2014. Acervo do Projeto Interdisciplinar. Santa Monica – História. UFU.

⁴ Art.205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”

As atividades que serão descritas referem-se a experiências práticas e reflexões adquiridas através do PIBID. Tais atividades foram realizadas com os alunos dos três anos do ensino médio do período noturno e alunos do ensino fundamental no período vespertino. As atividades, experiências e reflexões adquiridas através do PIBID, dentre atividades dentro e fora da escola, foram desenvolvidas durante o segundo semestre do ano de 2014 na Escola Estadual Do Parque São Jorge, sob a supervisão da Prof. M.^a Letícia Siabra e posteriormente, durante todo o ano de 2015, sob a supervisão da Prof. Tamiris Cristina, ambas com a coordenação da Prof. Dra. Célia Rocha.

Tratando-se das atividades que foram realizadas com os alunos dos três anos do ensino médio do período noturno, devemos levar em conta o fato de que estes alunos primeiramente (em sua maioria) são trabalhadores e posteriormente estudantes. O ensino médio noturno possui muitos alunos que abandonaram os estudos e retornaram. A lógica do sistema meritocrático exclui, assim como a maioria, estes estudantes de se enquadrarem na lógica do sistema, de estudos, trabalho e lazer. O abandono escolar reflete a falácia liberal de que apenas o esforço e a determinação são suficientes para o alcance dos objetivos ditados por este sistema. No caso de classes trabalhadoras a realidade é outra e faz parte deste mesmo sistema apenas para fornecer mão de obra barata.

Para explicitar melhor o perfil destes estudantes, tomemos como fonte a entrevista realizada com o estudante Matheus, de 14 anos, do Nono Ano, o qual, além de estudar no período vespertino, já trabalha como menor aprendiz. A entrevista com o Matheus nos informa acerca da complexidade de um aluno trabalhador que lida com estudos, trabalho, insatisfação com o modelo educacional existente e relação entre pais-alunos e estudos.

Aluno: Mateus

PIBID: Eles (pais) influenciam, eles têm... um controle, eles têm um contato, como que é essa relação?

Aluno: Tem...tipo, se eu tô sem fazer nada minha mãe vai e me chama e me pede pra mim começar a estudar, aí eu vou estudar um pouco.

PIBID: Mas se só estuda quando ela pede ou você também tem um interesse? Você...

Aluno: Quando eu tô num horário mais... mais calmo dentro do meu serviço, aí eu pego o livro e vou estudar.

PIBID: Você trabalha. Que que você faz?

Aluno: Eu sou técnico de informática.

PIBID: Em que turno você trabalha?

Aluno: Manhã

PIBID: Mas é projeto, jovem aprendiz?

Aluno: Menor aprendiz.

PIBID: E a sua convivência com a turma?

Aluno: Legal.

PIBID: A turma é boa, tranquila?

Aluno: Balança a cabeça consentindo.

PIBID: A sua vida fora da escola, como ela é? Quem é você, quem é o Mateus fora da escola?

Aluno: Totalmente diferente.

PIBID: Por quê?

Aluno: Dentro da escola eu sou uma coisa... sou mais... sou um pouco mais agitado, só que fora da escola eu num.... eu sou mais no meu canto.

PIBID: Mas que que você acha que... que faz com que haja essa mudança dentro e fora da escola? Que que te faz ser mais agitado?

Aluno: Porque aqui eu tenho mais contato com mais pessoas da minha idade, lá de fora eu não tenho muito.

[...]

PIBID: Certim Mateus. Agradecemos... Uma boa aula!

Através do diálogo com este estudante percebemos a presença dos pais e a própria consciência do aluno de obter um bom desempenho, mesmo tendo outras tarefas fundamentais no seu dia a dia. Este aluno diz que estuda quando tem tempo livre no trabalho e quando questionado sobre a metodologia basicamente expositiva o aluno informa que isto já foi discutido com professores, entretanto, nada foi feito para melhorar o método.

Queixas sempre existirão em instituições de ensino, no entanto, devemos nos atentar a nova realidade dos estudantes, que fora da escola, são também trabalhadores, ao processo de evasão escolar e buscar formas atrativas de diminuir este lamentável fator. É fato que a escola é também um ciclo social para estes estudantes, como percebemos na fala do estudante quando informa que na escola é onde possui contato com mais pessoas de sua idade, no entanto, este ciclo social deve também ser atrativo quando diz respeito ao modelo educacional e social.

A Escola Estadual do Parque São Jorge situa-se na zona sul de Uberlândia e é composta por alunos provenientes de famílias de classe trabalhadora e pouco grau de escolaridade atingido. Este bairro também se localiza afastado das regiões centrais da cidade,

o que, além da retratação midiática massiva ainda existente sobre os crimes, bem como ocorre em bairros de conjuntos habitacionais, fez com que a escola ganhasse o apelido de “Cadeião”.

Em diálogo com a estudante Jéssica Fernandes⁵, que concluiu o ensino médio na Escola Estadual do Parque São Jorge, quando questionada acerca deste apelido, a mesma diz: “Bom, um dos fatos foi por conta que todas as portas e janelas tinham... tem grade. E... também... porque houve alguns... acidentes... digamos lá. Houve uma... em ano, que, bom, não estava na época em específico, foi... que teve um menino que pegou uma faca na cozinha e deu uma facada num outro menino, durante o recreio. E acontecia muito como na maioria dos colégios tinha muitas brigas, né, mas as brigas lá na porta sempre foram muito violentas. Sempre teve algumas coisas...é... não somente... não só usava agressão física e verbal, é, além de física e verbal, mas alguns meninos utilizaram, já assim, canivetes e tudo mais em algumas brigas em frente da escola. Então, as pessoas tinham medo de estudar lá ou de deixar seus filhos estudarem lá. Então foi por isso também que um dos fatos que o apelido da escola ser cadeião. Porque as pessoas associavam muito cadeia. Literalmente, briga de cadeia... como a escola tinha grades e tudo mais.”

Percebemos diante o diálogo com a estudante que o apelido foi dado e incorporado às características estruturais cotidianas e estruturais da escola, associando-a a um ambiente violento, vigiado e reprimido. A escola luta para desconstruir este apelido e o estereótipo destinado ao bairro e a seus moradores. A partir deste marco social referencial, a escola traça metas e faz autocríticas para a melhoria de seu ensino, para a preparação destes jovens para o convívio social, bem como para a preparação visada pelo mercado de trabalho, visando à tentativa de reduzir a vulnerabilidade social causada pelos fatores citados acima.

Para medir seu desenvolvimento educacional, a escola utiliza o IDEB (Índice de desenvolvimento de educação Básica) e o tem como meta principal a ser desenvolvida.

Tabela 1. Dados do Ideb referentes ao 5ºAno retirados do PPP

Ideb Observado 5ºAno					Metas Projetadas 5ºAno				
2005	2007	2009	2011	2013	2009	2011	2013	2015	2017
4,3	3,9	6,4	5,6	5,7	4,7	5,1	5,3	5,6	5,9

⁵Atualmente estudante do curso de Letras na Universidade Federal de Uberlândia e membro do PIBID interdisciplinar Santa Mônica, Jéssica é moradora do Bairro São Jorge estudou na Escola Estadual do Parque São Jorge durante o ensino médio nos anos de 2013 a 2015.

Tabela 2. Dados do Ideb referentes ao 9ºAno retirados do PPP

Ideb Observado 9ºAno					Metas Projetadas 9ºAno				
2005	2007	2009	2011	2013	2009	2011	2013	2015	2017
3,1	3,4	4,1	4,8	3,6	3,3	3,5	3,9	4,3	4,6

Como se pode observar, de acordo com as tabelas extraídas do PPP a escola traça metas para o desenvolvimento educacional, entretanto, inúmeros fatores influenciam drasticamente na vida dos alunos e conseqüentemente em seu desempenho educacional, bem como os problemas educacionais oriundos do modelo de educação brasileira e os problemas relacionados à profissão de docente. No entanto, de acordo com as tabelas extraídas do PPP, podemos perceber que, no que diz respeito ao 5º Ano, apenas em 2011 a meta não fora atingida. Em relação ao 9º Ano, tem-se a obtenção de nota maior do que a média esperada. Diante estes dados, percebemos o progresso da escola, a responsabilidade e cumprimento com obrigações sociais.

Dentre outras metas a serem seguidas temos a diminuição da evasão escolar, a implantação de projetos interdisciplinares com todos os professores e a diminuição das taxas de repetência. A escola propõe trabalhar o aluno de modo a formar senso crítico, criando e buscando mecanismos que recriem e modifiquem o cotidiano ao qual está inserido de acordo com suas necessidades e expectativas, respeitando sua individualidade e diversidade através de princípios éticos, políticos e estéticos próprios da escola.

Visando a formação específica para o mercado de trabalho, a partir de 2014 fora implantado o Reinventando o Ensino Médio⁶, porém a demanda de alunos foi insuficiente e

⁶ O Reinventando o Ensino Médio é uma iniciativa da Secretaria de Estado de Educação (SEE) que busca ressignificar os três últimos anos da educação básica, a partir de uma transformação do ensino médio em um percurso mais individualizado, com disciplinas optativas, tutoria, temas transversais e atividades extraclasse e extraescolar. Além disso, a iniciativa tem entre suas finalidades a preparação básica para o trabalho e cidadania do aluno para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar a novas condições de ocupação ou de aperfeiçoamento posteriores; o aprimoramento do estudante como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; e a geração de competências e habilidades nas áreas de empregabilidade, tendo em vista a inserção do aluno no mundo do trabalho. De acordo com a Resolução, no novo ensino médio, o currículo, que antes era composto por 2.500 horas ao longo dos três anos do ensino médio, será ampliado para três mil horas distribuídas nos três anos. Serão 2.500 horas de formação geral e 500 horas de formação específica. Para o cumprimento da carga horária, no diurno será instituído o sexto horário. Já no noturno, 500 horas deverão ser organizadas sob a forma de projeto, sendo 300 horas para os Conteúdos Interdisciplinares Aplicados, relacionados aos Conteúdos Básicos Comuns (CBCs), e 200 horas para os Conteúdos Práticos nas áreas de empregabilidade.

*Documento foi publicado no Diário Oficial dos Poderes do Estado em 17/12/2013

seu diagnóstico, de acordo com o Plano Político Pedagógico da escola de 2014, é que a escola ainda é vista como espaço de convivência e socialização por grande parte dos alunos.

Visando melhorias no IDEB⁷, a escola queixa-se da falta de comprometimento de seus alunos para com as avaliações, que sempre resultam em baixas notas. A evasão escolar ainda apresenta taxas muito altas e devemos- professores, governantes e sociedade-, buscar soluções e analisar especificamente não apenas o porquê disto ocorrer, mas acabar com este fator social limitativo e excludente. Mesmo com os avanços no campo intelectual e os investimentos governamentais na educação, ainda sofremos com este lamentável fator.

Abandono este, gerado por uma infinidade de motivos, mas dentre eles é válido citar a falta de identificação dos alunos com a instituição escolar. Questionamos se isto é válido com as atuais estatísticas de a direção de qualquer escola proibir, por exemplo, uma vestimenta que faz parte da identidade de um grupo. De acordo com Arroyo (2007, p.50), "As crianças e adolescentes, os jovens e adultos levam para as escolas suas interrogações sobre seus direitos negados, sobre o trato dado a sua condição social, racial, sexual, étnica. Interrogações que esperam resposta dos "saberes escolares."

O sujeito que tem sua identidade reprimida busca sair deste lugar de proibição. A proibição de um boné – como ocorre na Escola Estadual do Parque são Jorge- pode não parecer algo grave, porém não devemos enxergar este fato como uma simples norma existente em muitas escolas há décadas, mas sim como um precedente padronizador e proibidor que vai mais além, a padronização de aparência, a padronização sexual, física, racial e étnica. Padronização que exclui quem não se encaixa nos parâmetros. Padronização que jamais deve existir em qualquer instituição de ensino democrática. O que, é expresso por Dayrell da seguinte maneira:

A juventude constitui uma momento determinado, mas não se reduz a uma passagem; ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona. Dayrell (2007, p.158)

⁷ Ideb é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. O Ideb funciona como um indicador nacional que possibilita o monitoramento da qualidade da Educação pela população por meio de dados concretos, com o qual a sociedade pode se mobilizar em busca de melhorias. Para tanto, o Ideb é calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento escolar (aprovação) e as médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente.

Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>. Último acesso em: 13/11/2017

Assim sendo, a juventude e suas respectivas expressões, culturais e sociais, não devem ser reprimidas. O professor, assim como os alunos e seus estagiários, também não deve ser reprimido devido à forma de se expressar implícita em seus trajes ou relacionado a expressões linguísticas que fazem parte de sua formação e de seu ciclo/classe social.

De acordo com Canclini, devemos ainda, associar outros fatores, sociopolíticos, culturais e históricos, ao abandono escolar:

Propões-se às novas gerações que se globalizem como trabalhadores e consumidores. Como trabalhadores, oferece-se a elas que se integrem a um mercado liberal mais exigente em qualificação técnica, flexível e, portanto, instável, cada vez menos protegido por direitos trabalhistas e de saúde, sem negociações coletivas nem sindicatos, no qual devem buscar mais educação para, no fim, achar menos oportunidades. No consumo, as promessas do cosmopolitismo são frequentemente impossíveis de cumprir, dado que ao mesmo tempo se encarecem os espetáculos de qualidade e se empobrecem – devido à crescente evasão escolar – os recursos materiais e simbólicos da maioria. Canclini (2005, p. 211)

A objetividade da escola acaba voltando-se então para a formação básica destinada ao mercado de trabalho. Esgotam-se todas as possibilidades através de pequenas proibições e reproduz todo o manual do sistema trabalhista, no qual se exigem determinados padrões e impõem proibições para que seja cumprida a jornada de trabalho. Fazendo isso, Esgota-se a possibilidade de aprendizado sobre diversidade e cidadania que a escola pode oferecer e implanta-se a lógica capitalista de educação (e padronização sistemática estética) voltada à preparação para o mercado de trabalho. A repressão de aspectos peculiares à identidade é a forma máxima de repressão à determinada classe social e a determinados tipos de cultura, o que configura a máxima submissão aos moldes liberais ditados pelo capital.

Tratando-se de uma escola de periferia, a falta de identificação é um tema que sempre deve ser discutido, o que, no intuito de amenizar este aspecto, a partir do início da vigência da Lei nº 10.639, em 2003, alterada pela lei 11.645, em 2008, a temática afro-brasileira se tornou obrigatória nos currículos do ensino fundamental e médio e quando realmente aplicada acaba por reduzir este quadro de falta de identificação.

A questão afro-brasileira infelizmente ainda, tratando-se de questões curriculares, encontra-se menos priorizada do que matérias tradicionais nos currículos escolares, tanto em qualidade como quantidade. Muitos professores que não obtiveram essa formação em seus currículos ainda não sabem bem como trabalhar o tema e também ainda encontra-se

resistência por parte de professores e diretores quando o tema amplia-se a determinados aspectos dentro desta cultura, como por exemplo, a religião. Julgar um conteúdo mais importante e outro menos é bastante complexo, porém, conteúdos que induzam jovens estudantes a refletir sobre as peculiaridades sobre cotidiano ao qual estão inseridos e obter melhor compreensão sobre sua realidade, identidade e aspectos sociais históricos devem sim ser priorizados.

Em conversa informal, em meio às atividades do PIBID, a Professora Vânia, de História do período diurno, informa que muitos livros ainda não se adaptaram aos temas referentes a esta lei, que muitos professores não veem importância relevante sobre este tema e que a direção da escola sempre barra seus projetos referentes ao dia da consciência negra. A professora que leciona na Escola Estadual do Parque São Jorge a cerca de oito anos, ainda menciona que mesmo anteriormente a vigência da lei 10.639 já buscava trabalhar este tema com seus alunos, tendo como objetivo despertar a consciência dos alunos através de paralelos entre o passado e o presente.

Os temas alcançados por esta lei devem auxiliar ainda na compreensão acerca das desigualdades sociais, raciais e também de gênero. Tais conteúdos tornam possível a compreensão das estruturas sociais, econômicas e institucionais de nossa sociedade e o respectivo papel de cada ser. Entretanto, o problema está justamente em explicitar direitos que existem no âmbito jurídico, mas que na prática não são utilizados devido a serem apresentados em uma perspectiva no macro, limitando a sua associação a datas comemorativas e desvinculando-as de aspectos sociais cotidianos, afastando-os da história vista como processo contínuo e em constante mudança.

Os conteúdos referentes à lei 11.645/08 devem ser expandidos, melhorados, ajustados e estudados, além de serem ofertados como educação continuada aos docentes da educação básica. Segundo Petronilha (2009) em seu artigo “Pode a educação prevenir contra a intolerância e o racismo?”: “É preciso acercar-se da miséria e da exploração seculares que têm matado pessoas, tentando exterminar grupos, suprimir identidades, apagar histórias, quando se recusaram, eles, adotar visão de mundo que se pretende universal.” É preciso, através da educação e da inclusão, conscientizar e educar, abolir o preconceito, proporcionar oportunidades, criar uma nova realidade e consciência, aceitar diferentes identidades, independente da classe social ou cor de pele.

Torna-se fundamental para o funcionamento das leis de inclusão tornar tais histórias como sendo não apenas existente em um passado, mas sim como parte de nosso presente, o que nos explicita Cazé Angatu acerca das comunidades indígenas:

Então indagamos: por que não começar as aulas sobre as Histórias e Culturas dos Povos Originários abordando o atual momento de (re)existência étnica e territorial indígena? Talvez descubramos entre os próprios alunos e educadores descendências e reminiscências ancestrais relativas aos primeiros habitantes da Terra Brasilis. (ANGATU,2015,p.193)

Nesse sentido a educação deve ser utilizada para prevenir e combater o racismo e a exclusão social, como reconhecimento do passado e do presente, assim como preparação para uma vida na qual as relações sociais sejam harmônicas e assim prevaleçam. Não devemos ver o espaço escolar apenas como fornecedor de conhecimentos preparatórios para o mercado de trabalho, de mão de obra barata, mas sim como um espaço destinado a preparação que posteriormente se intensificara e se expandira tanto nas relações sociais diárias, na formação enquanto sujeito social quanto à preparação para estudos contínuos, seja no ensino técnico ou superior.

O contexto histórico inserido na relação escola/educação encontra-se em uma época caótica no campo da educação. Graças a investimentos governamentais, as escolas possuem boas estruturas, materiais e alimentação. Mas ainda existem fatores lamentáveis que impedem o desenvolvimento, o bom profissionalismo e o aprendizado. Os professores continuam sendo pagos com baixos salários. É nítida a exaustão e falta de paciência dos professores em relação à turma.

O fato de uma existir uma boa estrutura não quer dizer que os alunos irão obter conhecimento. Vários fatores externos colaboram para que o aprendizado não ocorra. A meta do governo para o aumento do Índice de Desenvolvimento no Humano no Brasil, visando apenas o aumento perante gráficos e não ao verdadeiro aprendizado da população. Podemos incluir a falta de estrutura familiar dentre esses fatores, a desigualdade social, o crime entre menores e a simples falta de interesse. A relação entre escola e família é precária, e quando existe, geralmente ocorre uma troca de culpas e as melhoras no campo educativo são inexistentes.

Visto que a Escola Estadual do Parque São Jorge utiliza o IDEB⁸ para indicar o nível de aprendizado de seus alunos, após a conclusão da educação básica o sistema vigente de avaliações nas universidades públicas passou a ser o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) desde 2009. O novo método de avaliação para o ingresso no ensino superior sofreu

⁸ Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

modificações em todo o país, porém, o currículo escolar e também a metodologia de ensino, mesmo sendo inclusas as novas leis, continuam os mesmos.

Um dos pontos positivos a serem salientados é o pagamento, em parte, da dívida histórica com nossa sociedade através das cotas e um fator negativo a ser salientado é a meritocracia, mesmo dentre as modalidades do sistema de cotas. Infelizmente, mesmo com o exame nacional de ingresso ao ensino superior tendo sido modificado, o novo exame baseado na meritocracia reflete a ideologia da sociedade na qual quem vence é o melhor, o mais esforçado, o mais preparado, o que teve condições sociais e econômicas para se preparar. A meritocracia implícita neste método ignora a história de nosso país, a história de exploração e opressão, a história que explica a desigualdade social, racial e institucional imposta por séculos.

Segundo Dubet, (2004, p.551):

Uma escola “meritocrática” de massas cria necessariamente “vencidos”, alunos fracassados, alunos menos bons e menos dignos (...)os alunos mais fracos são geralmente menos bem tratados, como também são “coagidos” a se identificarem com seu fracasso ao acumularem anos de dificuldades ocasionadas por orientações que os encaminham para trajetórias escolares indignas.

Diante disso e somado ao fato da desigualdade de condições socioeconômicas, o que fazer com os alunos não aprovados no exame? As barreiras impostas pelo sistema superior de ensino público são imensas. A reforma curricular torna-se urgentemente necessária assim como a adaptação de um sistema de selecionamento condizente com a realidade do sistema público de ensino básico, quer por aumento de números de cotas ou por reformulações do próprio modelo de exame.

A educação, quando baseada em exames, perde o foco da formação para a vida e centraliza-se apenas na formação com âmbito para o mercado de formação continuada que direciona para o mercado de trabalho. A educação básica continua formando alunos com o mínimo de conhecimento possível para que se tornem mão de obra barata em subempregos. O ensino focado em avaliações aniquila a essência social da educação e cria vencedores e fracassados. Em um país com a terceira maior população carcerária do mundo, criar fracassados e vencedores torna-se uma opção estúpida e altamente letal para a sociedade em geral.

Pensando nos fatos citados acima, devemos nos questionar quanto à finalidade e a importância do IDEB e do ENEM perante seu valor para a sociedade e para os estudantes. A avaliação quando dita quem é bom ou ruim não levam em conta dificuldades ou facilidades,

fatores sociais negativos ou positivos e também descarta as desigualdades sociais quando tratamos de fatores econômicos. Fatores que são nítidos nas salas de aulas das escolas públicas e que se transformam em números quando submetidos a estes exames.

É inquestionável que o ensino de História passa por algumas dificuldades que atingem a maioria das escolas públicas no Brasil e, na Escola Estadual do Parque São Jorge, não é diferente. A partir das entrevistas realizadas com a professora Roberta de História, e mais dois de seus alunos, foi possível perceber alguns dos conhecidos, e muito debatidos, problemas no ensino e aprendizado em História durante o ensino básico. A própria necessidade da professora de diversificar sua maneira de ensinar reflete tais problemas. O interesse pela matéria ainda se mostra muito baixo e o conteúdo absorvido pelos alunos toma caráter de curiosidade. Temos aqui trechos de entrevistas e podemos perceber a complexidade que lidamos diante a prática docente e o ensino de história.

Você gosta de história? “Gosto” Por quê? “Ah... de vez em quando é legal você saber algumas coisas até então que você nem imaginava que tinha acontecido. Saber um pouco do passado o que que aconteceu antes, é legal.” (Pedro, 17 anos)

Percebemos através da resposta que o aluno em momento nenhum relaciona o aprendizado em história com a vida ou o cotidiano, dando a impressão de que as informações absorvidas servem apenas como curiosidades ou, até mesmo, entretenimento. Outro grande problema no ensino de História, e também percebido durante as entrevistas, é a falta do hábito da leitura. Muitos alunos não gostam de História por não gostar de ler e outros por não interpretarem bem o que leem, o que está diretamente ligado a falta de leitura, à falta de interesse no conteúdo e à falta de metodologias didáticas que visem a absorção, interpretação e uso do conhecimento adquirido.

Diante de tais dificuldades a professora Roberta mudou sua forma de dar aulas. Segundo ela mesma, desde que começou a dar aulas em 2005 seus métodos vieram mudando. Hoje, na Escola Estadual do Parque São Jorge, a professora utiliza recursos como projetor multimídia para uso dentro de sala de aula e redes sociais, para fora da sala, onde ela disponibiliza materiais adicionais para os alunos, como dicas de filmes com assuntos históricos, teleaulas de outros professores, matérias jornalísticas e documentários.

Acerca das inovações no método didático, bem como o uso de tecnologias em sala de aula, temos a resposta dois alunos entrevistados quando questionados sobre os métodos da professora:

Você gosta dos métodos que a professora utiliza dentro da sala? “Gosto.” **Por quê?** “Por que acho que com o método dela, ela desenvolve melhor a aprendizagem da gente” (Everton , 18 anos, 3ºAno)

Por que você gosta dos métodos que a professora Roberta utiliza dentro da sala de aula? “Ah, é um método diferente. Ela explica a matéria como se ela tivesse contando uma história, não explica uma matéria apenas passando pra você ler, é diferente assim.

Você consegue absorver bem o conteúdo? “Sim, com a professora Roberta principalmente”

Porque com ela? “Ah, porque a maioria dos professores gostam muito de passar teste, de mandar você ler livros e a maioria das pessoas não lê né? Inclusive eu não leio muito livro...ai com ela é diferente né?”(Pedro, 17 anos, 3ºAno).

Os dois alunos dizem gostar dos métodos da professora, porém o aluno Pedro chama a atenção quando justifica sua boa absorção do conteúdo à maneira diferente de dar aula da professora que não se prende muito a leitura. Segundo a própria professora, um de seus diferenciais reconhecidos por seus alunos é o fato dela não pedir resumos como atividade. Podemos concluir que esse é um válido esforço para conseguir a atenção dos alunos ao conteúdo da matéria, visto que consegue diversificar a aula de História quebrando o paradigma de aula “chata” e, como podemos perceber no diálogo dos entrevistados, tem seus resultados. Por outro lado, o fato de limitar ainda mais as leituras dos alunos se torna um fato preocupante, pois se observa que os estudantes tem cada vez menos o habito de ler.

Uma das questões levantadas pelos alunos que chama a atenção foi acerca da permanência na escola após o horário tradicional. Porém questionados sobre o que fazer caso haja uma prolongação no horário escolar os alunos entrevistados não souberam ao certo o que poderiam fazer neste tempo e muito menos sugeriram ou consideraram a possibilidade de mais uma aula. Podemos associar ao fato o tédio dos alunos de ficar em casa sem nada fazer. É fato que as ações do estado, especificamente do município, em relação às atividades sociais e culturais no bairro são ineficazes e insuficientes. Não há cursos profissionalizantes, existe um imenso poliesportivo, mas não há incentivo às atividades físico-esportivas.

Devemos repensar se este é um adequado momento para aumentar a carga horária das escolas, visto que é necessária ainda, primeiramente, a supervalorização do professor, saber lidar com o material e o tempo já disponível existente nas instituições e espaços escolares, é necessário o aperfeiçoamento da formação enquanto professor e a especialização deste quando já formado. Não apenas aumentar a carga horária nas escolas sem se levar em conta o que fazem estes alunos após o período de estudos, principalmente se colocarmos em questão os estudantes do período noturno, e ainda deixando de lado a formação nas universidades. São

fatores que andam lado a lado e a reformulação de um requer a imediata reformulação do outro, estão diretamente ligados. As mudanças são lentas e infelizmente não é hora, a meu ver, de aumentar a carga horária escolar.

A reformulação deve consistir primeiramente na preparação e não deve ser feita apenas nas escolas, mas sim primeiramente nas universidades. Deve haver uma renovação nos currículos de licenciatura e também no que se refere a bacharelado, o licenciando também deve obter uma específica e de qualidade formação, com a possibilidade de melhorias e especializações, sem burocracia e que visem o avanço no campo educacional.

Enfim, o primeiro passo seja a ligação direta dos cursos de licenciatura com o currículo escolar das escolas. Observando as peculiaridades culturais e também regionais, os desafios e perspectivas, estabelecer metas, modificar os horizontes, analisar a realidade cautelosamente em aspectos sociais e culturais. Reduzir as desigualdades perante o ensino, estabelecer características próprias, universalizar o ensino em todos os sentidos.

Outro fato que chama a atenção nas entrevistas é a importância das famílias na vida escolar. Alunos que são influenciados e incentivados pelos pais possuem melhor desempenho escolar e isto é um fato. Praticam o hábito da leitura e possuem objetivos e planos mais concretos. O triângulo composto por escola, alunos e pais é algo fundamental perante a tarefa de educação. Sem esse triângulo a formação educacional é impossível.

Percebemos assim, as imensas dificuldades enfrentadas no que diz respeito à profissão dos professores, bem como a todos envolvidos no corpo educacional. Desafios que vão além do que ocorre apenas em sala de aula e ao que o Plano Nacional de Educação prega, passando por aspectos e peculiaridades sociais, institucionais, familiares e particulares.

Entretanto, mesmo analisando todas as dificuldades apresentadas neste capítulo, temos um setor fundamental de serviços básicos que pouco é destacado no universo educacional, mas que seu valor e contribuição ultrapassam as barreiras limitadas que o sistema educacional transparece. É o caso dos “ASGs” (Auxiliares de Serviços Gerais). Os ASGs são responsáveis pela limpeza dos prédios, preparo de refeições e lanches, fiscalização de entrada e saída de alunos, pais e outros indivíduos nas dependências das escolas. Ou seja, além das atribuições específicas do cargo, muitas vezes ocupam papel fundamental na vida escolar dos estudantes. Por tratar-se de uma profissão mal remunerada e exaustiva, boa parte destes trabalhadores é designada a atribuir suas funções nas escolas do próprio bairro. Escola nas quais filhos, netos, ou até eles mesmos já estudaram. O que reforça o vínculo entre cidadão, bairro e escola.

Tomemos como referência para as seguintes análises as entrevistas realizadas com os ASGs Fausto e Maria Aparecida:

Entrevista 1 – Fausto Rosa Marques

PIBID: Você mora no bairro tem quanto tempo?

Fausto: Desde... ah .. tem uns.. trinta anos.

PIBID: Tem quanto tempo que trabalha na escola?

Fausto: Dois ano. Mas no estado já to com vinte e sete anos.

PIBID: Você tem parente que estuda aqui? Filhos que já passaram?

Fausto: Minha netinha estuda aqui de manha.

PIBID: Como é sua relação com os alunos?

Fausto: Não, minha relação funcionário é a melhor que existe. Ixi maria. Cos menino, Cas menina, professor, com todo mundo. Tudo respeita um ao outro. Eu gosto de trabalhar do jeito que eu to aqui. Adoro, porque cada um respeita um ao outro né!? Através do serviço... Mesma coisa do serviço respeita um ao outro. Cada um faz sua parte, juntando todo mundo faz um todo! Todo mundo aqui... Muito legal trabalhar aqui.

Diante o referido diálogo com o Auxiliar de Serviços Gerais Fausto Rosa percebemos um trabalhador que dedicou vinte e sete anos de trabalho no sistema educacional e mora no bairro São Jorge há 30 anos. Nitidamente percebemos a relação entre esta classe trabalhadora, o bairro e a escola. Na fala do senhor Fausto, o qual possui uma neta estudante na escola, percebe-se como essa relação escola/bairro/comunidade se dá e ocupa espaço nestes indivíduos, que são moradores do bairro, trabalhadores e membros da escola por, além de trabalhares, possuírem parentes que ali estudam.

Percebemos ainda a fala deste senhor carregada de consciência de sua importância para o funcionamento da escola, bem como sua satisfação pelo serviço realizado quando diz: *“Cada um faz sua parte, juntando todo mundo faz um todo!”*, explicitando que a escola não é composta apenas de professores e direção. Que cada um, inclusive alunos e ASGs desempenham um importante papel na estrutura educacional.

Entrevista 2 - Maria Aparecida de Oliveira.

PIBID: Você mora aqui no bairro mesmo?

Maria: Moro, lá... Moro no Laranjeira né. Aqui perto.

PIBID: Faz quanto tempo?

Maria: Desde que entregou o bairro, tem 25 anos.

PIBID: Muito tempo, e nessa escola tem quanto tempo que trabalha?

Maria: Aqui, eu to aqui desde 2009.

PIBID: E já tinha trabalhado em outras escolas?

Maria: Já. Eu trabalhei 14 anos no CESEC, trabalhei 1 ano no Inácio Castilho, trabalhei 5 anos no 13 De Maio, trabalhei uns 6 meses no DR. Duarte.

PIBID: Já tem muito tempo!

Maria: Tem. Eu to com 28 anos de estado.

PIBID: 28 anos já!? Já tem muito tempo! Tá quase aposentando..

Maria: Quase! Graças a Deus! (Risos)

PIBID: Você tem parentes que estudam aqui na escola?

Maria: Não, tem não.

PIBID: Filhos que já passaram aqui?

Maria: Não... Não. Nenhum dos meus filhos nunca estudou aqui, não.

PIBID: Só as próximas ao Laranjeiras?

Maria: Assim, como eu trabalhava lá pro centro, então eles estudavam pra lá, que ficava mais fácil pra mim quando eles eram pequeno.

PIBID: Como é sua vivência com os alunos aqui na escola?

Maria: Uai, é boa. Eu gosto. É divertida, é muito boa. Tem os custosim.. mas isso é normal né. Mais a minha convivência é boa com eles.

PIBID: Você gosta desse trabalho?

Maria: Gosto... Eu gosto.

PIBID: Tem alguma queixa?

Maria: Naa... A única queixa que a gente tem é do salário, que é pouco né. Mas assim, eu gosto do que eu faço. Eu sou cantineira, eu que faço o alimento deles, então eu faço com muito prazer.

PIBID: E a relação com os professores, com a direção?

Maria: Uai... é boa. É boa.

PIBID: Tem um contato, conversa, ou é mais limitada ao trabalho mesmo?

Maria: Não... Alguns sim, outros não.

PIBID: Varia da pessoa mesmo?

Maria: É. Porque sempre a gente tem mais amizade com alguns, com outros não.

PIBID: Mas em geral, tudo bem?

Maria: Em geral, tudo bem... Apesar assim, que eles fala que eu sou muito... como que eu vou fala.. muito sincera. Quando tenho que falar as coisas eu num meço as palavras não. Eu..E não mando recado também não, eu vo lá e falo! Então tem uns que num gosta né!?

PIBID: Tá certo. Tem uns que acha ruim?

Maria: É, mas eu prefiro num gostar, mais eu falar a verdade.

PIBID: Tá certo. (Risos)

Maria: (Risos) Né!?

Em relação ao diálogo com a Auxiliar de Serviços Gerais Maria Aparecida, percebemos o início do bairro como conjunto habitacional quando esta informa sobre o tempo que mora no bairro ao lado- que também é um conjunto habitacional- há 25 anos, desde que ele foi “entregue”. Além disso, percebemos a relação entre ASG e filhos estudantes quando esta informa que os filhos estudavam nas escolas em que trabalhara devido ao fato de ser mais fácil para esta leva-los e busca-los, ou seja, iam com ela quando fosse entrar para o trabalho e saíam e iam para casa quando ela saía do trabalho. Para Maria Aparecida, assim como para Fausto, tem-se a consciência da importância de seu trabalho. Na fala: *“Naa... A única queixa que a gente tem é do salário, que é pouco né. Mas assim, eu gosto do que eu faço. Eu sou cantineira, eu que faço o alimento deles, então eu faço com muito prazer...”* percebemos a importância do lanche, sendo este essencial nas escolas. Além disso, percebemos também a existência de conflitos, como, por exemplo, a insatisfação com o salário, além de conflitos internos, motivados pelas relações pessoais e profissionais.

Através das entrevistas realizadas com os ASGs percebemos o quanto as relações no campo educacional vão além das salas de aula tratando-se de entre os muros que cercam a área da instituição, bem como o trabalho prestado pelos ASGs possuem suas tensões ao passo que desempenham significativa importância na vida dos estudantes ao passo que complementam o trabalho designado pelos educadores, além de demonstrarem a consciência de sua necessidade para este espaço, bem como a sensação de pertencimento à uma classe trabalhadora que não é a dos professores.

Enfim, devemos entender o espaço educacional como um misto entre estudantes, que em muitos casos também são trabalhadores, com distintas experiências e métodos de vida, trabalhadores (funcionários gerais e professores- em muitas escolas os pibidianos), normas e planos educacionais ditados pelo governo e pela sociedade, peculiaridades de um bairro em meio a uma cidade que por sua vez insere-se em um estado, uma complexidade entre o macro (estado, plano nacional de educação) e o micro(bairro, escola, estudantes com peculiaridades), que apresenta conflitos, respostas, mudanças, questionamentos e uma história que caminha com a luta pela sua construção, reformas e inserção quanto espaço social em meio à vida de estudantes, familiares e trabalhadores.

O aprendizado em torno das entrevistas quando se relaciona a história da escola e seus respectivos aspectos nos dá a dimensão da complexidade dos fatos inerentes ao processo educacional, por outro lado, demonstra a simplicidade de relações sociais- desde as aulas, a configuração socioeconômico dos alunos, o trabalho dos funcionários e a relação com os estudantes- que são construídas mediante obrigações, consciência, satisfações, vivências e interferências.

As interpretações, relações e conflitos em torno de determinado espaço educacional que se dão na relação entre escola/bairro/cidade apresenta e determina suas respectivas peculiaridades de acordo com onde este espaço está situado e a qual história este ciclo remete. Os aspectos inerentes a cada espaço o tornam único, mesmo que as estruturas escolares, dentro de seus muros, determinem a padronização. O corpo trabalhador de determinado espaço é afetado por este, enquanto o mesmo afeta os estudantes e a comunidade local. As relações sociais que se dão originam um ciclo fundamental não apenas na vida dos estudantes, mas de todos que ali estão e que posteriormente dão continuidade a outros segmentos sociais. Tais relações não devem ser limitadas à apenas uma fase na vida dos sujeitos, mas sim uma parte da vida de que consiste em aprendizado, formação e cidadania.

Capítulo II

Estudantes/formadores e formadores/estudantes: Pesquisa/ensino na Escola Pública.

Este capítulo visa descrever, durante o tempo em que o projeto foi realizado na Escola, as diversas atividades realizadas pelo PIBID com os estudantes, visando à iniciação a docência, bem como estabelecer uma ponte integralizadora entre a universidade e a escola, utilizando o paralelo entre escola/bairro/cidade para incluir o PIBID como ferramenta didática no universo escolar. Tais atividades desenvolvidas com os estudantes objetivaram o desenvolvimento de atividades de acordo com as Diretrizes Nacionais de Educação e com a supervisão de um professor regente.

Dentre as atividades produzidas podemos destacar várias, como, por exemplo, a oficina de Fanzines, as entrevistas, que aconteceram também com professores e técnicos, trabalhos na semana da consciência negra, que acontece no mês de Novembro, o acompanhamento dos alunos do período noturno para a visita na Universidade Federal de Uberlândia para o projeto “Vem Pra História” em parceria com a professora Mara Regina tutora da disciplina “Estágio III” do curso de História, onde conheceram o espaço universitário, assistiram palestras com temáticas acerca dos benefícios da universidade, como por exemplo, sobre as cotas e os projetos que podem ser realizados. Ocorreram também oficinas de redação, nas quais se destaca a temática “A escola que temos e a escola que queremos”, na qual os alunos através de uma dissertação puderam expressar suas angústias, elogios e sugestões para o espaço escolar.

Buscou-se ao longo do projeto não apenas entender como funcionava a escola, mas desenvolver uma pesquisa acerca da História da Escola, suas mudanças e a influência que ela teve na construção e consolidação do bairro São Jorge, levando em conta a localização e os sujeitos dessa mudança, além de incluir o PIBID como parte da escola. Além desses projetos, tivemos a incrível oportunidade de aprofundarmos nosso conhecimento acerca da temática indígena através do projeto coordenado pela Professora Célia Rocha com a participação do Professor Indígena Cazé Angatu. Através desse projeto em parceria com a UFU, realizaram-se várias palestras e debates, tanto na UFU como nas próprias escolas, além de utilizarmos a temática com os alunos, para desconstruir estereótipos, propiciar informações concretas e

ainda tivemos a oportunidade de criar uma oficina de grafismos para várias turmas do ensino fundamental.

Projeto Fanzine

Acerca do projeto Fanzine idealizado pela professora e supervisora Letícia Siabra e colocado em prática pelo grupo do PIBID, um dos aspectos de suma importância deste é que os alunos saíram um pouco da rotina das tradicionais aulas em sala baseadas nos conteúdos propostos pelo currículo e os possibilitou a expressarem sua visão de mundo acerca dos temas sugeridos pelo projeto. Pudemos perceber a satisfação destes alunos mediante a participação da grande maioria e a forma como aceitaram a proposta do projeto.

O projeto, que consistia na criação de Fanzines com temática livre, possibilitou o desenvolvimento criativo dos alunos de todo o ensino médio noturno desta escola e resultaram em excelentes, críticos e criativos trabalhos. Destacaram-se trabalhos relacionados à política, música, fatores cotidianos e também relacionados à vivência na escola e ao conteúdo visto pelos estudantes.

Vem pra UFU /Vem pra História

Nesta atividade e visando atingir mais um dos objetivos do projeto, foi realizada a participação dos estudantes da Escola na atividade do Vem para Ufu/Vem pra História realizada no Campus Santa Mônica. A finalidade deste programa e da nossa participação fora em apreender o espaço da Universidade como sendo público, de direito a todos e constituído pela presença e fortalecimento do direito à educação e formação nos cursos superiores. A busca foi de quebrar a fronteira entre o ensino básico e superior e ao mesmo tempo alimentar as expectativas de estudantes das classes trabalhadoras e ingressar na Universidade.

O projeto “Vem pra história” foi idealizado pela matéria de Estágio III e concretizado por esta com o apoio dos alunos inseridos no PIBID Interdisciplinar. Minha presença se deu tanto como aluno de Estágio III como também de participante do PIBID. Com este projeto os alunos foram levados a UFU para conhecer fisicamente esta instituição e serem apresentados ao curso de história. Infelizmente o evento não foi bem organizado, o lanche

destinado a estudantes que também são trabalhadores foi insuficiente. A duração de cada oficina não foi bem calculada e a importante oficina que explicava a respeito das bolsas e das cotas sociais e raciais para alunos que ingressam na UFU foi cancelada para duas das três turmas. Um dos fatos que mais chamaram a atenção de todos é que muitos destes alunos não tinham conhecimento sobre a existência desta instituição e muitos outros não acham que são os estudantes aos quais a UFU espera ter em suas instalações, sendo que esta é uma instituição pública destinada a quem quer que seja.

Mediante esta experiência é nítida a importância de que existam mais projetos que levem e incentivem os alunos de escolas estaduais periféricas a ingressarem neste espaço público. É mais que necessário e o PIBID deva dar esta contribuição, principalmente aos alunos de escolas localizadas em periferias, bem como organizar projetos que intermedeiem este contato. Devemos nos atentar a não cometer mais erros na organização. Os alunos não devem ser tratados como cobaias, erros como os que ocorreram no lanche e no cancelamento da oficina são inadmissíveis e não devem nunca mais voltar a ocorrerem. Cabe a nós como graduandos e bolsistas do PIBID, juntamente com professores da UFU, organizarmos todos os detalhes destes projetos.

No entanto, é válido lembrar que houve ampla aceitação dos estudantes pelo projeto e as atividades foram bem recebidas. O contato entre estudantes e a universidade é algo necessário durante o processo de formação educacional. A demonstração de que o espaço é público e todos podem ingressar remete a democratização deste ambiente e prova que ele faz parte da cidade, assim como as escolas onde todos podem ser recebidos.

O ensino/pesquisa sobre as histórias e culturas indígenas

Como vimos no primeiro capítulo o estudo sobre a temática relacionada à educação e cultura indígena, esta acaba por ser bastante complexa, dentre os inúmeros fatores, devemos salientar basicamente a exclusão da memória e consequentemente a falta de identificação e autoaceitação por parte da população.

A região do triângulo mineiro, especificamente Uberlândia, não possui e não mantém tradição indígena, não conta com nenhuma Aldeia indígena e mesmo que muitos de seus habitantes tenham descendência, a assimilação é bastante complexa. Mesmo utilizando elementos vocabulares, alimentares e tradições culturais, a origem destes por grande parte da

população é desconhecida e limitada. A obrigatoriedade do ensino desta temática propiciada pela lei 11.645/08 indiretamente nos leva a compreender um processo de exclusão de uma cultura por mais de quinhentos anos e a resistência desta por todo esse período, sobrevivendo e reivindicando seus respectivos direitos.

A respectiva formação atual acadêmica do curso de História, fundamentada basicamente em uma perspectiva eurocêntrica acerca da metodologia, deixa a desejar devido à incompatibilidade social e cultural brasileira. Neste sentido, não possuímos uma identidade acerca da historicidade, reproduzimos padrões e métodos, questiona-se e lamenta-se a ausência da escrita por parte de antepassados da cultura indígena e africana, mas a tradição oral oriunda desta cultura não possui o seu devido valor respeitado e disseminado como aspecto natural e cultural. Não bastasse o teor metodológico apresentar este sentido vago e copiado, temos ainda praticamente oitenta por cento do curso composto por matérias de conteúdo europeu. O vazio de nossa própria realidade histórica presente no conteúdo de formação se manifesta claramente quando o formando historiador\professor parte para as salas de aula e se depara com os alunos que não se veem no conteúdo e, rara as exceções, não demonstraram o mínimo de interesse.

Essa história limitada lecionada nas universidades demonstra um vazio intelectual nacional quanto a sua respectiva história, no qual impõe padrões que não levam em conta as nossas respectivas peculiaridades, e, por mais que nos esforcemos diante as pesquisas acadêmicas relacionadas à nossa cultura e sociedade, não estabelecemos um paralelo entre o universo acadêmico e o restante da sociedade, em especial as suas culturas menosprezadas, bem como esse vazio no universo do bacharelado, percebe-se ainda com mais intensidade no âmbito da licenciatura.

Esse vazio de consciência e conhecimento histórico se dá em âmbito social, cultural e econômico. Nega-se a questão de origem e tanto a historicidade afro brasileira como a indígena ocupam um lugar secundário e sem a devida importância durante o período de formação acadêmica e que se torna uma grande dificuldade quando o formando vai para a sala de aula e depara-se com alunos que não se percebem no conteúdo ministrado e nem mesmo na sua própria cultura.

A articulação da atual formação acadêmica ainda peca ao se tratar da interdisciplinaridade, os conteúdos acabam se dando de maneira muito específica, limitando a área de conhecimento, retirando suas peculiaridades e recortando de forma muito superficial seu conhecimento. Resultando assim, em limites vagos e que tornam o conteúdo até mesmo de certa forma confuso.

O estabelecimento dessa concepção histórica, bem como da falta de reconhecimento de sua própria história por parte da população, é reflexo do processo de colonização e a sua perpetuação se deu após o processo de independência, se expandiu durante os governos ditatoriais e só começou a ser modificada - nas grades universitárias e também nas leis - a partir dos anos 2.000, e ainda assim ainda possuímos uma formação universitária na qual este assunto é imensamente limitado e leis que carecem de objetividade e eficácia.

Em meio a estes fatos, podemos buscar maneiras alternativas e que são de imensa relevância para a formação acadêmica e obter determinada formação através de cursos, como por exemplo, o proposto pelo Pibid ao trazer uma série de palestra do Professor Doutor Casé Angatú, na UFU e também nas Escolas Estaduais Parque São Jorge e Américo Rene Gianette, o qual nos trouxe informações que em 4,5 anos do curso de história não nos é ofertado acerca da cultura indígena e sobre a situação indígena atualmente.

Acerca das informações apresentadas pelo professor Cazé, podemos entender a cultura indígena como parte indissociável da sociedade, tanto na questão social como na cultural e tivemos a oportunidade de ver na prática a falta de conhecimento de temas cotidianos, como por exemplo, o genocídio indígena e a questão da demarcação de terras. Professores que atuam há mais de vinte anos na rede estadual de ensino demonstraram não apenas um conhecimento limitado, mas, um conhecimento inexistente a ponto de surtir dúvidas e questões fúteis ao longo da palestra, como por exemplo, criticar a cobrança de fotos por parte de crianças indígenas ocorrida em uma de suas férias em Porto Seguro. A limitação acerca destes temas surge na faculdade, na qual além da grade de matérias não nos ofertar, os próprios estudantes não possuem muito interesse, e, quando já formados, seja por falta de tempo ou por falta de oportunidades disponibilizadas pela formação continuada, também não há continuidade nos estudos.

A questão indígena, associada diretamente a questão territorial, nos leva a refletir acerca de determinados valores referente à nossa atual configuração social, nosso ensino básico e universitário no que diz respeito à sociedade e cultura, ou, no caso, a busca pela cultura. A luta indígena reflete diretamente este fato, surte questões culturais que são deixadas de lado no âmbito acadêmico que reflete basicamente o eurocentrismo.

A resistência, mesmo com o genocídio que ocorre há décadas, reflete a associação entre memória, território e cultura. O mesmo processo de matança que ocorre nas áreas de demarcação e resistência indígena ocorre nas periferias. A política genocida do estado se dá de diversas maneiras, tanto pela omissão quanto pela ação criminosa praticada pelos agentes do estado. O território, na concepção indígena, estabelece a relação de memória, ligação direta

com os antepassados, com a natureza e com a vida. Este território legítimo de propriedade indígena é ameaçado por grandes latifundiários, os quais possuem representantes no governo, e, que legitimam sua ação criminosa através da lei e seus agentes. Na periferia essa relação entre território e memória, também está presente no que tange às relações culturais, familiares e sociais, processo que a especulação imobiliária, juntamente com a ação do estado legitimada pela política de ordem e progresso, destrói e reordena de acordo com o interesse do mercado imobiliário.

O âmbito educacional, tanto universitário quanto no ensino básico, deixa ainda a desejar também neste sentido, pois essa relação básica entre memória e território, seja na questão indígena ou na questão relacionada a periferia, não é explicitada e muito menos a formação de consciência contra a ação genocida do estado que é vinculada pelos meios de comunicação e acaba tornando-se senso comum é construída. O âmbito educacional, seja nas universidades ou no ensino básico, ainda é muito superficial no que tange sua contribuição como formador de consciência e preservação sociocultural de uma sociedade. Seja na formação ou na formação continuada, devemos repensar o plano educacional e readequá-lo com maior especificidade a nossa realidade.

Com a vinda do Professor Cazé Angatu pudemos expandir essa reflexão somando a experiência que tivemos na escola durante as oficinas realizadas através do PIBID e refletir acerca da luta indígena em meio à sociedade e política atuais. Um dos aspectos que mais me chamara à atenção fora o fato do desconhecimento acerca do tema e a visão romantizada, refletido nos posicionamentos dos professores da Escola Estadual do Parque São Jorge em meio à palestra realizada no local pelo Professor Cazé.

É fato que as grades curriculares dos cursos superiores não contemplam bem este tema, entretanto existem inúmeras formas de estudo e aprendizado, entre elas o seminário realizado pelo professor Cazé tanto na UFU, quanto na escola, e, mesmo sendo a palestra na escola, não contou com a presença de todos os professores. E, como um possível alternativa, Segundo Cazé Angatu:

Pensamos que as contribuições da historiografia para o ensino das Histórias e Culturas Indígenas, como em relação a outros conteúdos, precisam de um constante processo de discussão e ponderação que acompanhe a dinâmica da sociedade. É fundamental oferecer prioridade à formação de professores nos cursos de graduação em História relacionando a historiografia com o ensino. Nesse caso específico da aplicação da Lei 11.645/2008, na nossa compreensão, é imperativo enfrentar os descompassos entre ensino, produção do conhecimento e saberes/vivências indígenas. (Angatu,2015,p.203)

Utilizando elementos culturais presentes no seu dia a dia, o Professor Cazé nos passa a sua visão de mundo como professor e como índio tupinambá. Falando de coisas simples como, por exemplo, alguns aspectos linguísticos e alimentícios, Cazé soma a tudo isso a sua atual luta política, a repressão que os índios vêm sofrendo em todo o país e os contornos políticos que grandes latifundiários fazem no congresso através de seus representantes para burlarem a questão da demarcação de terras.

O professor nos deixou a par de toda violência que seu povo vem sofrendo por parte a policia, seja na questão das terras, seja no cotidiano na tentativa de censurarem seu modo de vida, com retaliações perversas devido a manifestações e também quanto ao uso de drogas leves. Neste sentido a perseguição me fez associar a luta indígena ao processo que ocorre todos os dias na periferia. Usuários sendo presos como traficantes, manifestantes sociais e políticos sendo presos e acusados de formação de quadrilha, sem terras passando pelos mesmos problemas. A luta indígena em muito se assemelha a luta que ocorre no dia a dia nas periferias, a luta das camadas pobres e trabalhadoras.

O número de indígenas presos, agredidos, mutilados e mortos faz parte de um processo de exclusão que também ocorre há décadas nas periferias. Basicamente a questão do processo de exclusão, prisão e matança dos povos indígenas e também dos povos periféricos resume-se na falta de conscientização, de assimilação e resulta na negação de direitos e consentimento por grande parte da sociedade.

Sobre o projeto realizado juntamente com o Professor Indígena Cazé Angatu, tratou-se de um incrível projeto, no qual tivemos a oportunidade de expandir nossos conhecimentos acerca da temática indígena, além de propiciar oficinas direcionadas aos professores da Escola Estadual do Parque São Jorge. Essas oficinas foram fundamentais para o incremento de informações voltadas diretamente para a prática docente. Além destas oficinas, ainda foram realizados seminários e rodas de conversa voltada para toda a universidade e aberta a todos os professores do ensino médio da cidade de Uberlândia.



Figura 2. Flyer do evento “História e Culturas Indígenas” realizado na UFU com a participação do professor Cazé Angatu. Acervo do Projeto Interdisciplinar Santa Monica – História –UFU.



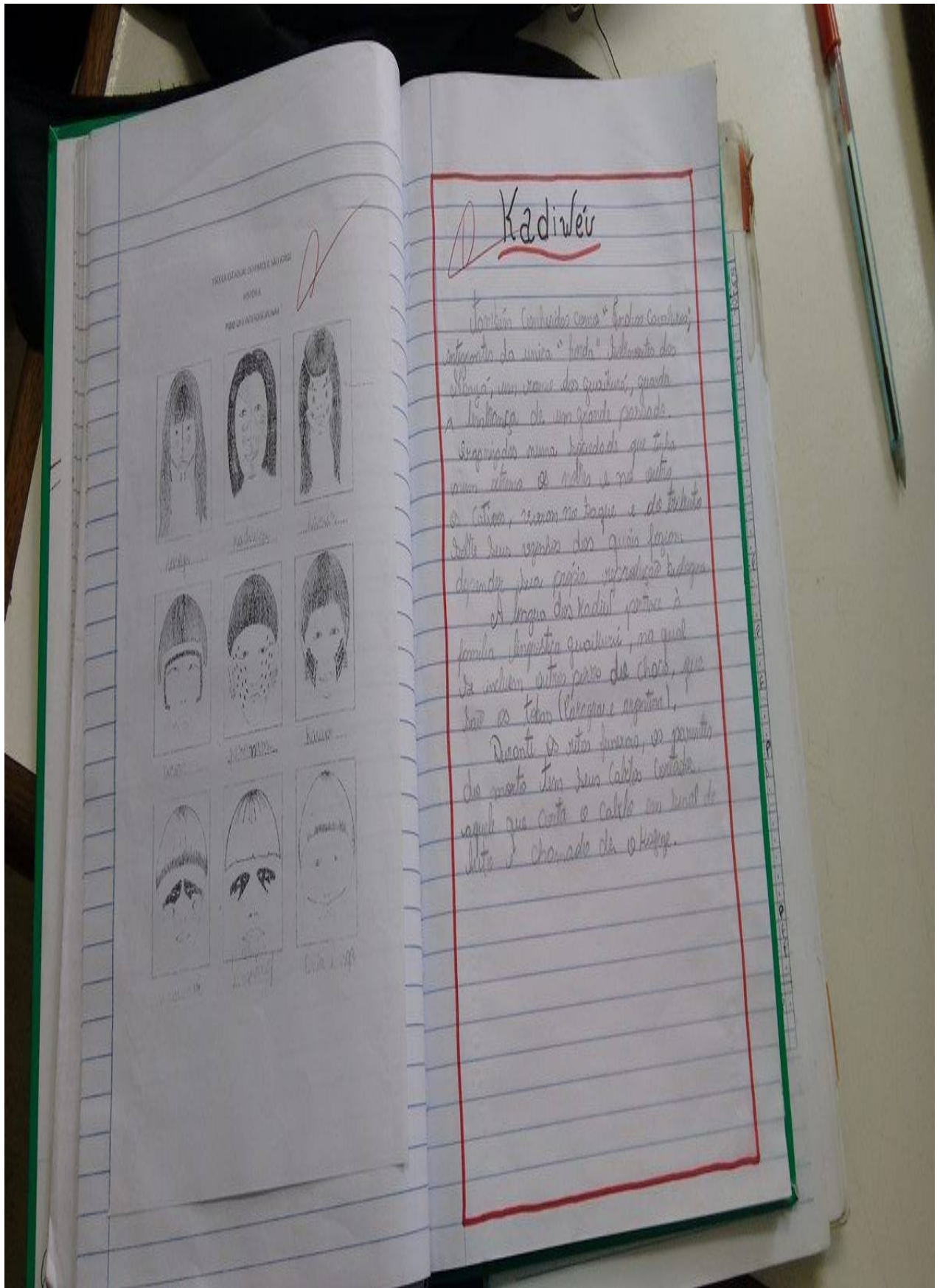
Figura 3. Palestra do professor Cazé Angatu para os professores da E.E. Parque São Jorge e os Pibidianos. Acervo do Projeto Interdisciplinar Santa Monica – História –UFU.

Para os alunos do período vespertino, a atuação do PIBID se deu dentro de sala de aula, sob a orientação da professora Tamyris, fornecendo aos alunos elementos da cultura indígena, tais como pinturas, jogos de palavras, e, utilizando recursos informatizados, foram realizadas edições com o rosto dos alunos colocando pinturas faciais referentes a etnias indígenas. A oficina do grafismo chamou bastante à atenção dos estudantes. O misto entre arte, história e cultura teve total participação e colaboração dos estudantes, resultando excelentes e criativos trabalhos, inserindo os rostos dos próprios estudantes nos grafismos indígenas ressaltou-se o aspecto humano inserido na atividade e englobou a diversidade implícita em nossa sociedade.

Além da oficina de grafismos e os jogos de palavras, posteriormente foram feitos debates para a desconstrução de estereótipos, visando o debate e a informação aos estudantes. Enfim, a vinda do professor Cazé Angatu faz com que analisemos a questão indígena como uma luta da qual todos devem se conscientizar, da qual indiretamente todos estamos inseridos, assim como a luta que ocorre nas periferias.



Figura 4. Trabalho feito pelo PIBID utilizando montagem de pinturas indígenas sobre o rosto dos alunos. Acervo do Projeto Interdisciplinar Santa Monica – História –UFU.



Kadiwéu

Conhecidos como "Bororo" e "Bororo",
integrantes da única "língua" indígena dos
Brasil, um ramo dos guaranis, quando
a linguagem de um grande povoado.
Segregados numa aldeia de que tinha
um altar de milho e no outro
de milho, vivem no lago e do trabalho
de seus vizinhos dos quais fazem
depende sua própria sobrevivência.
A língua dos Kadiwéu pertence à
família linguística guaraní, na qual
se incluem outros povos do Brasil, que
são os Tekos (Paraguai e Argentina).
Dentro de suas fronteiras, os povos
do Mato Grosso têm suas línguas
aquelas que conta o povo em geral de
língua e chamado de o Kadiwéu.

Figura 5. Pesquisa de aluno referente às diferentes culturas indígenas. Acervo do Projeto Interdisciplinar Santa Monica – História –UFU.

O Ensino/pesquisa sobre a temática do Racismo durante a Semana da Consciência Negra



Figura 6. Alunos assistindo documentário sobre a semana da Consciência Negra realizada pelo Pibid. Acervo do Projeto Interdisciplinar Santa Monica – História –UFU.

Um dos temas mais emblemáticos tratados com os alunos relacionados às atividades do PIBID foi os realizados na semana da consciência negra. Debates sobre racismo, diversidade cultural e racial, cotas e o porquê da obrigatoriedade da temática afro-brasileira foram realizados com alunos de todas as turmas. Diversas questões foram tratadas, desde a obrigatoriedade do ensino afro-brasileiro determinado pela lei 11.645/08 até experiências sobre o racismo por parte dos estudantes.

Vinculada ao ensino de história, a obrigatoriedade da lei 11.645/08 caracteriza uma nova fase de conhecimento e consciência crítica para a educação no país. Conscientizar-se acerca de sua origem desde sempre causou temor por parte dos governantes e esta lei que travou inúmeras batalhas para tomar vigência fora uma grande conquista educacional para todos os movimentos sociais e para toda a sociedade.

Utilizando um documentário que discute o racismo, incitamos os alunos ao debate após a exibição e montando uma roda de conversa, os alunos tiveram voz para falar o que acham do racismo e a diversidade em nossa sociedade, em meio ao diálogo, muitos contaram suas experiências que vão desde humilhações em lojas até a violência policial. O debate foi bem recebido pelos alunos. Nota-se neste projeto o quão este tema ainda é limitado e ainda sofre resistência por parte de boa parte dos educadores. Questionados sobre o motivo da data

da consciência negra, a maior parte dos alunos não sabia informar, entretanto, ouviram com atenção e participaram significativamente, identificando-se com a temática tratada.



Figura 7. Debate acerca da temática sobre a Consciência Negra. Acervo do Projeto Interdisciplinar Santa Monica – História –UFU.

Após a exibição do documentário e da roda de discussão, ainda informamos aos alunos acerca das cotas sociais e raciais para o ingresso em Universidades Federais. Vinculando este debate ao tema da Consciência Negra levamos os alunos a refletirem sobre o porquê de determinados setores queixarem-se tanto de tais cotas. O objetivo não fora induzir os alunos a

serem a favor do sistema de cotas, mas sim utilizar a lei 11.645/08 relacionando-a a nossa história e o porquê dos movimentos sociais cobrarem este método de inclusão.

Ainda durante a semana, o PIBID auxiliou os alunos na produção de cartazes que foram expostos por toda a escola acerca da temática relacionada à Consciência Negra. Excelentes e carismáticos trabalhos foram feitos e contaram com ampla participação dos alunos.

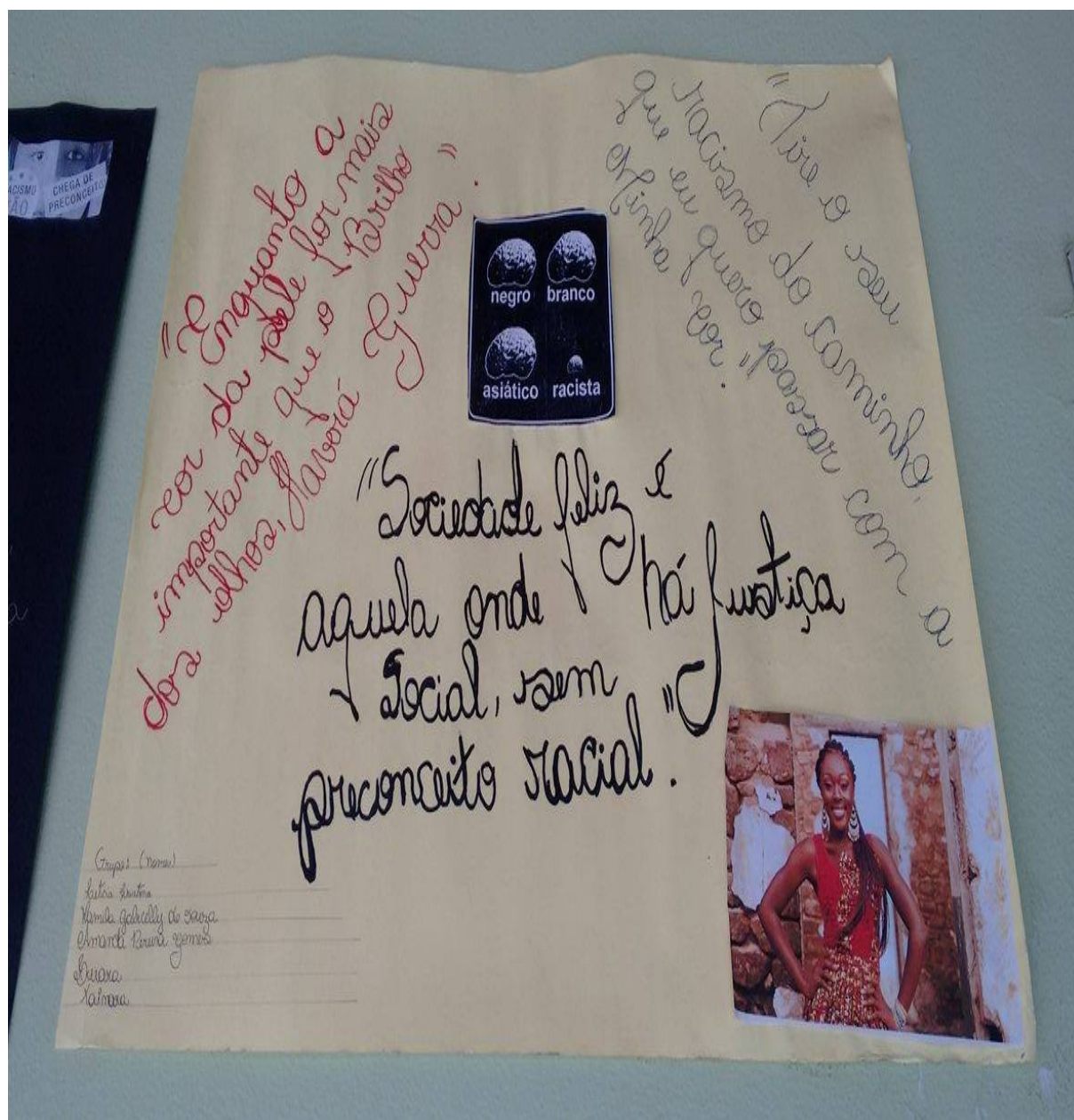


Figura 8. Cartaz feito pelos alunos em atividade relacionada à semana da Consciência Negra. Acervo do Projeto Interdisciplinar Santa Monica – História –UFU.



Figura 9. Cartaz feito pelos estudantes em atividade na Semana da Consciência Negra. Acervo do Projeto Interdisciplinar Santa Monica – História –UFU.

Escola que Temos e a Escola que Queremos

Por fim, a última atividade realizada na Escola Estadual do Parque São Jorge foi “A Escola que Temos e a Escola que Queremos”. Esta atividade consistiu-se na elaboração de uma redação, que objetivava aos alunos falarem sobre as condições de vivência propiciadas pela escola, bem como falarem sobre como é a escola que querem ter, em quaisquer aspectos. Nesta atividade não colocaram-se parametros para os estudantes obedecerem, o que resultou em uma atividade livre com um tema proposto na qual pudemos ver a opinião de cada estudante, perceber as angústias, as aflições, as críticas, o que os desagradam no ambiente e na estrutura escolar, bem como os aspectos que lhes agradam.

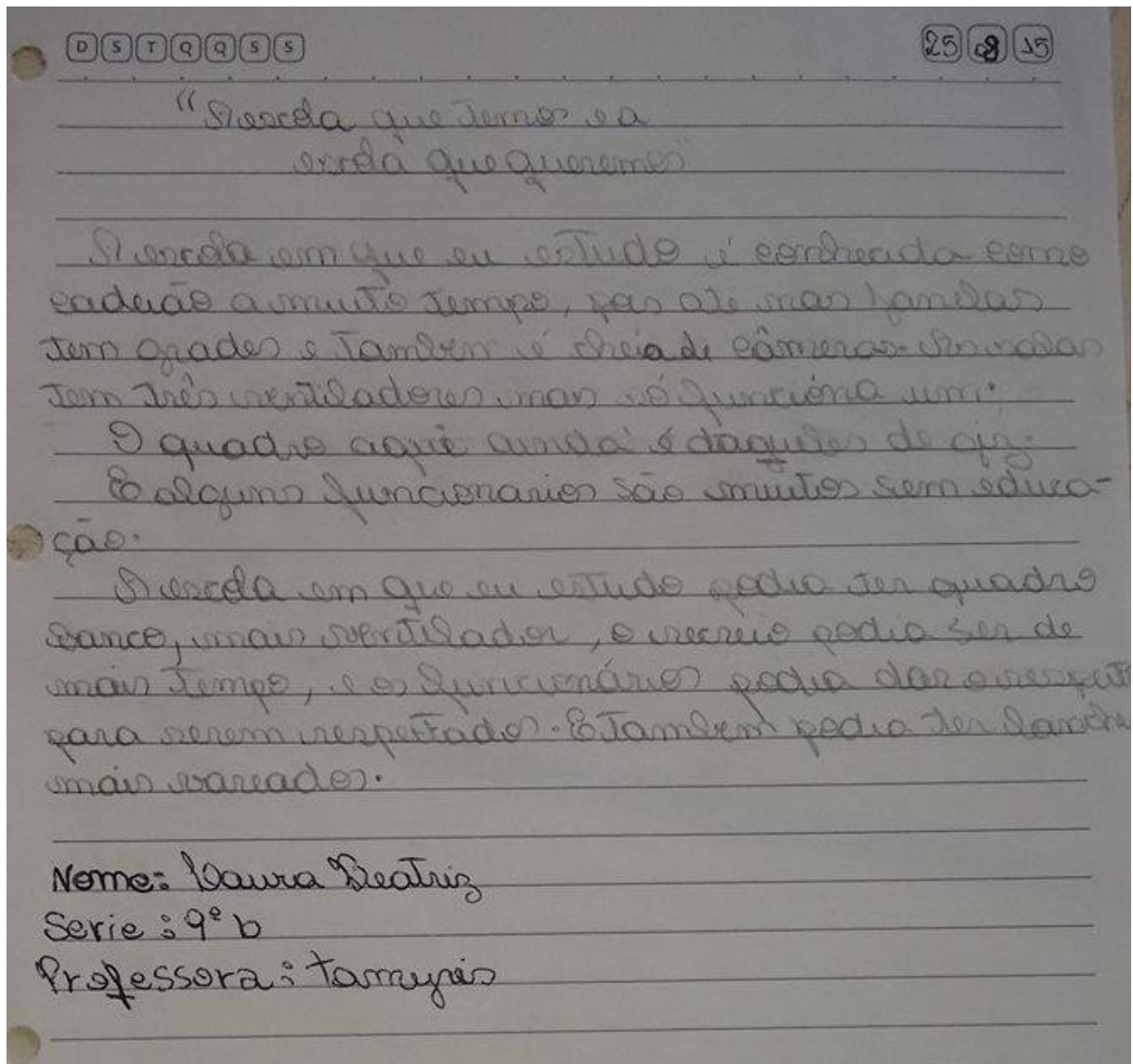


Figura 10. Redação feita por estudante durante atividade referente ao projeto "Escola que Temos e a Escola que Queremos". Acervo do Projeto Interdisciplinar Santa Monica – História –UFU.

Como podemos observar na redação acima, nota-se o incomodo com o apelido que a escola ainda carrega - mesmo com o constante esforço do corpo educacional para que este rótulo seja apagado -, entretanto, a estudante associa a escola à prisão devido aos aspectos atuais da escola, tais como as grades e as cameras. A vigilância constante desperta nesta estudante do nono ano a associar o ambiente escolar a um presídio, fato bastante problemático quando tratamos de um espaço de aprendizado e de vivência, mas que é associado a uma instituição de cerceamento da liberdade.

Além de se queixar contra o desrespeito cometido pelos funcionarios, sugere mais variedades no lanche, o qual é feito pelos Auxiliares de Serviços Gerais, trabalhadores

importantes para a manutenção do ambiente escolar. Percebemos diante isso a carência dos estudantes desta escola ao quererem alimentos diferenciados no cotidiano.

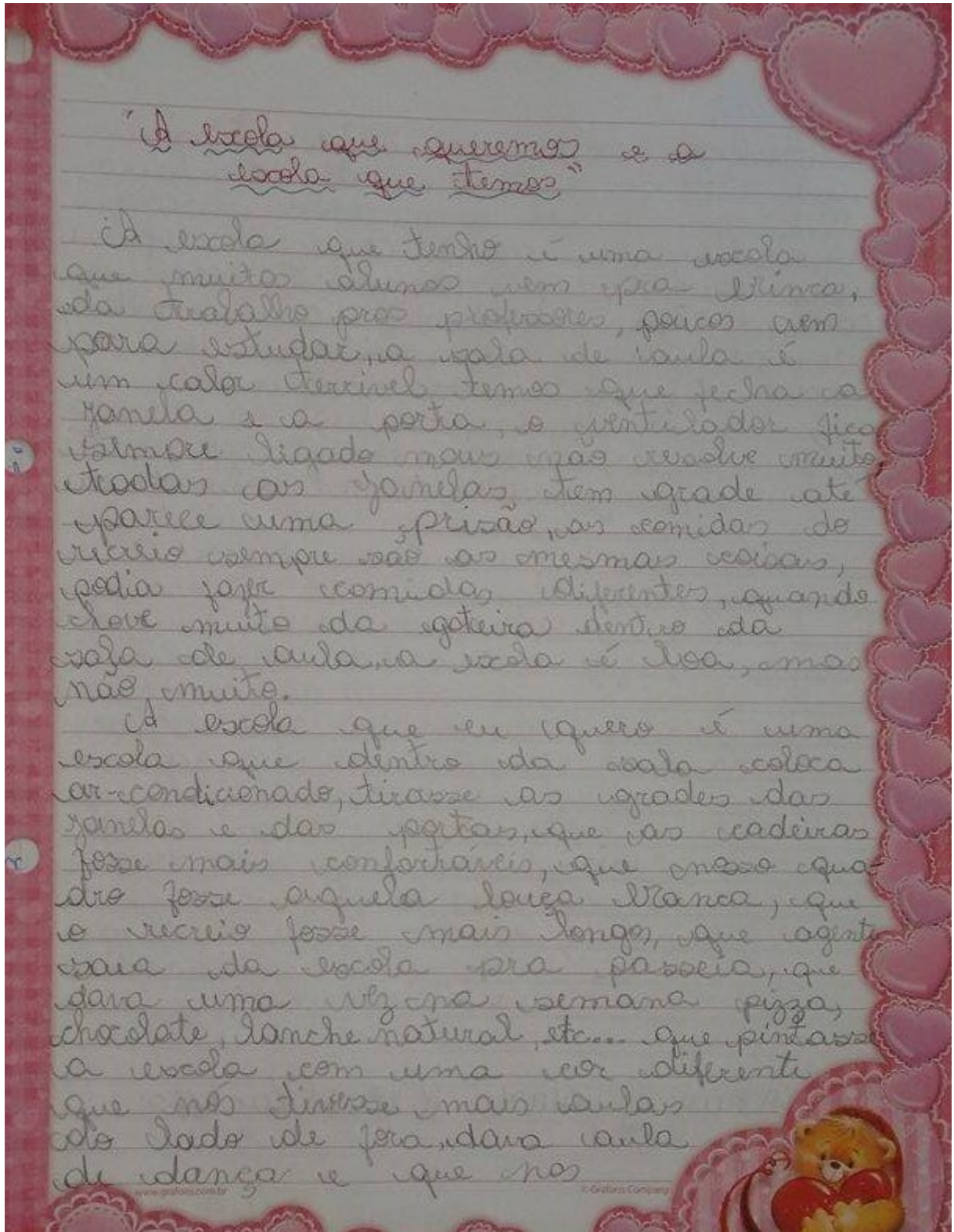


Figura 111. Redação feita por estudante para o projeto "A escola que temos e a escola que queremos". Acervo do Projeto Interdisciplinar Santa Monica – História –UFU.

Diante a fala desta estudante, percebemos um conflito entre os próprios estudantes. Ao reclamar dos próprios colegas e dos problemas relacionados à disciplina percebemos como é diferente a mentalidade e a visão de mundo entre pessoas que convivem juntas todos os dias. A esses fatores associam-se fatores externos, como, por exemplo, a participação, ou não, dos pais na vida destes, entre outros fatores.

Percebemos a queixa contra a estrutura da escola, salas pequenas e abafadas, lanches repetidos, goteiras quando há chuva e ainda a mesma queixa da redação anterior, a assimilação da escola com uma prisão. Esta assimilação é algo recorrente entre os estudantes da Escola Estadual do Parque São Jorge e mesmo que lutem para desconstruir este paradigma ainda persiste e se reconfigura.

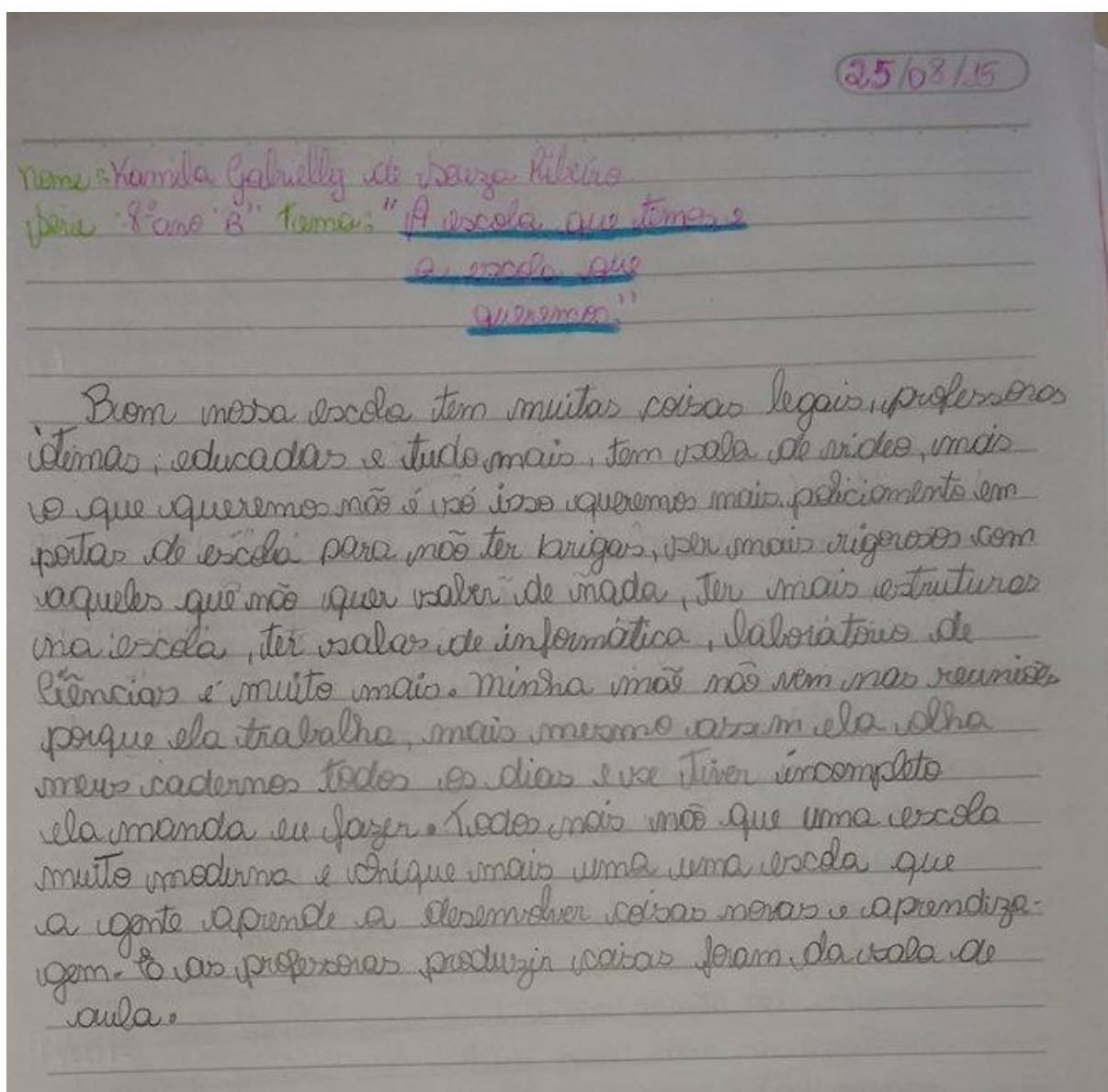


Figura 122. Redação feita por estudante para o projeto "A escola que temos e a escola que queremos". Acervo do Projeto Interdisciplinar Santa Monica – História – UFU.

Acerca desta redação, percebemos, assim como na primeira, a crítica aos colegas indisciplinados, além de o estudante demonstrar a sua vontade de aprender, e não apenas dentro os muros, mas sim projetos fora da escola. Percebemos ainda a participação frequente de sua mãe, fator importante na vida escolar.

Em ambas as redações percebe-se que os alunos remetem ao antigo apelido da escola e queixam-se desse fator, bem como da estrutura da escola e até mesmo de seus colegas de classe e a falta de interesse destes. Percebe-se a queixa pelas salas apertadas e o calor que a falta de ventiladores causa aos alunos. Queixas para a melhoria do lanche também são notadas, mas o fato de a escola lembrar uma cadeia chama bastante à atenção e gera preocupação. Uma instituição de ensino não deve remeter a instituições privativas de liberdade. A falta de verbas causa desconforto quanto ao que pode ser oferecido aos estudantes, mas nota-se através das redações que eles prezam pelo conhecimento e tecem elogios aos professores e funcionários que lutam para que o espaço escolar seja digno.

Diante as redações percebemos que a voz dos alunos é também ouvida pela direção. A desconstrução do apelido “Cadeião” vai além da história da escola e infiltra-se nas suas estruturas e a tentativa de desconstrução deste termo faz o mesmo. A vontade para que a escola não seja vista desta forma se dá também pelos alunos, os quais têm vontades, questionamentos, sugestões e anseios. Fazem parte deste espaço e também lutam para que este se torne melhor.

Considerações Finais:

Acerca do trabalho realizado entre os anos de 2014 e 2015 através do PIBID, concluo que este não deve se limitar apenas à presença na escola e a tentativa de aplicação dos conhecimentos obtidos no âmbito acadêmico. Para a prática docente é necessária à compreensão acerca do cotidiano, de como o mundo é visto fora dos muros da escola pelos alunos e funcionários e de como esta parte exterior interfere diretamente em suas vidas. Quanto a esta parte, contamos com a ajuda das supervisoras Letícia e Tamyres e da coordenadora Célia, que sempre nos orientaram muito bem nesse sentido, sempre nos informando a respeito da história do bairro e da escola, dessa forma pude compreender melhor o comportamento dos alunos e os respectivos desafios referentes a eles.

Ainda no sentido de observação, passei a me atentar as notícias referentes aos acontecimentos no bairro que são informadas pela mídia, em programas populares tais como Chumbo Grosso e Balanço Geral, ao quais considerei de grande importância por se tratarem de notícias sobre acontecimentos cotidianos em todos os bairros da cidade, embora com a retratação vexatória, preconceituosa e criadora de estereótipos para a opinião pública, foi de grande ajuda para compreender como o bairro é retratado por determinados segmentos sociedade e os anseios da comunidade que luta contra essa imposição.

Pelo presente tempo como participante deste projeto percebi a importância deste tanto para nós como futuros professores, como também para os alunos, a escola, o bairro, enfim toda a comunidade que se entrelaça com a escola. As experiências realizadas nas escolas pelos Estágios obrigatórios presentes no curso de história limitam a criatividade e a possibilidade de projetos diferenciados tais como os que o PIBID nos oportuniza a realizar, no entanto, vale lembrar que a somatória dos dois resultou em um grande projeto, o “Vem Pra História”.

Considero muito marcante e produtiva toda a experiência adquirida na etapa deste projeto referente a 2014-2015 e conseqüentemente todo o contato adquirido com alunos, professores e demais funcionários. A experiência em sala de aula para o cumprimento da carga horária de 20 horas semanais se mostrou inovadora e mais eficaz que a que tinha adquirido por meio das limitadas disciplinas de Estágio.

A Escola Estadual do Parque São Jorge, seus alunos, professores e demais funcionários sempre foram muito abertos às propostas do Pibid, durante as atividades realizadas sempre houve ampla participação, bem como apoio por parte da direção e dos funcionários. Através do PIBID adquiri bastante experiência para minha formação de professor, atuando de forma

prática e objetiva nas salas de aula e vi que este projeto realmente tem grande importância dentro de uma escola pública, que tem grande importância para os alunos, os quais esperam muito de nós e que temos que nos esforçar ao máximo para atender estas expectativas.

Devemos, além disso, planejar, dialogar, nos informar e saber orientar, criar projetos inovadores e criativos, levar e obter conhecimentos, tornando o PIBID um elo entre a escola e a universidade, ocupando papel fundamental na sociedade, democratizando o ensino, as instituições e as relações sociais.

Destaco ainda, que foram realizados outros projetos além dos citados acima, entretanto, ressaltam-se estes, os quais foram realizados em um momento no qual os estudantes já depositavam confiança no PIBID e com total autonomia perante os discentes. Para adquirir esta confiança, participamos e colaboramos nas aulas com professores de várias matérias, participamos de projetos que vinham já sendo realizados na escola e realizamos inúmeras entrevistas com o corpo educacional, com os funcionários gerais e com os estudantes, os quais, todos, sempre se mostraram interessados nessa etapa que a escola e a universidade estavam lhes propiciando.

Em um período no qual os direitos e projetos sociais estão sendo restringidos e a verba destinada a estes sofre incessantes cortes, o PIBID vem sofrendo constante ameaça. Os cortes governamentais na área educacional são demasiadamente prejudiciais a toda população e é inaceitável o fim de um projeto importante como este. Devemos lutar, resistir e demonstrar a importância deste projeto e seu impacto perante a sociedade. A importância deste para futuros professores se dá de forma prática e agrega inestimáveis experiências, conhecimentos e saberes que só são possibilitados na prática docente.

Diante disso, registro o quanto o PIBID me marcou, me trouxe conhecimento, questionamentos, respostas, curiosidade e o que abrange a proposta do projeto e é um quesito fundamental para concluir uma graduação em licenciatura, a experiência perante a prática docente.

Bibliografia:

Acervo relativo ao Projeto Interdisciplinar Campus Santa Mônica História UFU; Professoras Tamyres e Célia Rocha:

Entrevista com Auxiliares de Serviços Gerais da Escola Estadual do Parque São Jorge

Entrevista com Professores da Escola Estadual do Parque São Jorge

Entrevista com Estudantes da Escola Estadual do Parque São Jorge

Imagens 1 a 14

Projeto Político Pedagógico Da Escola Estadual Do Parque São Jorge (2014)

Relatório Anual do PIBID Interdisciplinar Campus Santa Mônica

ANGATU, CASÉ. “HISTÓRIAS E CULTURAS INDÍGENAS”- Alguns desafios No ensino e na aplicação da lei 11.645/2008: De qual História e Cultura Indígena Estamos Mesmo Falando?

Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/32772>.

Último acesso em: 13/11/2017

ARROYO, Miguel G. Indagações sobre o currículo: Educandos e educadores, seus direitos e o currículo. Brasília: Ministério da educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag2.pdf>. Último acesso em: 13/11/2017.

CALVO, Célia Rocha: Narrativas Orais, Fontes Para Investigação Histórica: Cultura, Memória e Territórios da Cidade. 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19285>. Último acesso em: 13/11/2017.

CANCLINI, Nestor G. “Ser diferente é desconectar-se? Sobre as Culturas Juvenis”. In: Diferentes, Desiguais e Desconectados. RJ: Ed. UGRJ, 2005.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. In: FÁVERO, Osmar ET all. (org.) Juventude e Contemporaneidade. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2007. 284P. - (Coleção Educação para Todos; 16).

DUBET, François. O QUE É UMA ESCOLA JUSTA? Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 123, set./dez. 2004

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 50. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

PETRONILHA, Beatriz Gonçalves e Silva. Pode a educação prevenir contra a intolerância e o racismo? Disponível em: <http://conexoesufrb.blogspot.com.br/2009/06/texto-05-pode-educacao-prevenir-contra.html>. Último acesso em: 01/11/2017

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente? Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233/8240>. Último acesso em: 13/11/2017

ROLNIK, Raquel. O que é cidade. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988

SANTOS, Milton. Pensando o espaço do homem. 5ª Ed. São Paulo: Edusp Editora da Universidade de São Paulo, 2009. 90p.